



Anais da Assembléia

N.º 10

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL N.º 24/85

Artigo Único: O Art. 11 da Constituição Estadual, mantido os seus parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11- não perde o mandato, o Deputado investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Prefeito da Capital, ou para exercer cargo junto à Administração Direta ou Indireta da União, do Estado ou Município, ou ainda quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares"

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(aa) Anibal Khury

Jorge Maia Filho

Hermas Brandão

Antonio Annibelli

Caíto Quintana

Ferrari Júnior

Fiori Luiz

Artagão Mattos Leão

Tadeu Lúcio Machado

Nelson Vasconcellos

Sabino Campos

Edgard Pimentel

Airton Cordeiro

Gabriel Manoel

Antonio Belinati

Amélia Hruschka

Adhail Sprenger Passos

Donato Gulin

Quielse Crisóstomo

Nelson Buffara

Djalma de Almeida César

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 006.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1985

(TERÇA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Buffara e Ezequias Losso.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz

Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque e Trajano Bastos (44). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Artagão Mattos Leão, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Fuad Nacli, Hermas Brandão, Leônidas Chaves, Nestor Baptista, Sérgio Spada, Tugúio Setogutte, Werner Wandler e Wilson Fortes. (14)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi). Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) - Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) - Requeiro a chamada nominal para aprovação da ata e prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Manfrinato) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

28 Senhores Deputados responderam a chamada. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 22/85

Curitiba, 11 de Março de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 170/83, celebrado em 09 de maio de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de

Estado dos Transportes e o Município de Realeza, visando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento das Sifras- PROSAFRAS, no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 23/85 *Inop. 26/85*
Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS:

Municípios	N.º do Convênio
Florestópolis	87/84
Itambé	119/84
Marialva	159/84
Matinhos	168/84
Miraselva	171/84
Tapejara	286/84
Xambrê	310/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 24/85 *Inop. 27/85*
Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 1.º Termo Aditivo, datado de 6 de novembro de 1984 ao Convênio n.º 95/SG/83, celebrado em 7 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a interve-niência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e da Secretaria de Estado do Planejamento, visando a supervisão e avaliação de eficácia do projeto das cidades de pequeno porte do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 25/85 *Inop. 28/85*
Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, objetivando o engajamento dos Municípios signatários no Programa de manejo Integrado dos Solos:

Município	data da celebração
Cambé	09/11/84
Mangueirinha	09/11/84
São Miguel do Iguaçu	09/11/84
Santa Mariana	03/12/84
Santa Terezinha de Itaipu	22/11/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 26/85 *Inop. 29/85*
Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, o Ministério da Agricultura e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, visando a execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicho do Algodoeiro no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 27/85

Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 20 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Terra Boa, visando a colaboração técnico-financeira a fim de possibilitar ao referido Município, a formação de um viveiro de mudas de café.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 28/85

Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio, celebrado em 4 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a

Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, objetivando a elaboração do II Plano Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 29/85

Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Revigoração e Retificação datado de 19 de outubro de 1984, ao Convênio celebrado em 5 de janeiro do mesmo ano, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Guaíra, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a execução de obras de controle sanitário.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 30/85

Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio n.º 004/85/0035, celebrado em 28 de janeiro de 1985 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária INFRAERO,

objetivando a prestação de serviço especializado de salvamento e combate a incêndio no Aeroporto de Londrina.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 31/85 *Prop. 34/85*
Curitiba, 1. de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênio celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, objetivando o engajamento dos Municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos:

Município	data do Termo
Corbélia	19/10/84
Formosa do Oeste	17/10/84
Guaíra	16/10/84
Nova Aurora	16/10/84
Nova Santa Rosa	09/10/84
Palotina	16/10/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inclusão em pauta do Projeto de Lei n. 03/84, de sua autoria, o qual havia sido retirado de pauta durante dez sessões, durante a sessão legislativa de 1984.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de pesar pelo falecimento do Senhor DAROSLAU MALANOWSKI, ocorrido Ponta Grossa no dia 06/03/85.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER, nos termos regimentais, que se digne conceder nesta Casa um voto de pesar pelo falecimento do Senhor DOROSLAU MALANOWSKI, pioneiro e comerciante da cidade de Cândido de Abreu, onde deixa amigos e familiares que lamentam profundamente o seu falecimento.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos desta sessão, profundo pesar pelo falecimento da Senhora IVETE BRUEL ANTONIO.

Solicitamos ainda, que seja enviado expediente à família, no endereço de sua filha na Av. VISCONDE DE MAUÁ n. 2383, na cidade de PONTA GROSSA.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital da Senhora Sofia Kolosowski.

A extinta, funcionária aposentada desta Casa, deixa lacuna irreparável, pelos dotes morais com que sempre regeram sua vida, quer familiar, quer funcional. De exemplar conduta funcional junto a este Poder Legislativo, onde por mais de 35 anos se dedicou, no desempenho das funções que lhe eram atribuídas, com dedicação e elevado senso de responsabilidade, seu desaparecimento vem de consternar o corpo de funcionários desta Casa, onde gozava de estima e consideração.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Para os devidos fins regimentais, os Deputados signatários do presente, comuni-

cam a Vossa Excelência que, na qualidade de fundadores do PARTIDO DA FRENTE LIBERAL (PFL), passam, a partir desta data, a constituir a Bancada do referido Partido, nesta Assembléia Legislativa.

Outrossim, juntam a este, exemplar do Diário Oficial da União, de 27 de fevereiro do corrente ano, que publicou os atos constitutivos do novo Partido, que são: Manifesto de Lançamento, Estatuto e o Programa Partidário.

Na expectativa da atenção de Vossa Excelência, antecipam agradecimentos.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(aa) Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Augusto Carneiro, Péricles Pacheco, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso e Werner Wanderer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de regozijo pelo surgimento do jornal "Realidade Cristã," órgão oficial da Igreja do Evangelho Quadrangular destinado a evangelização.

O periódico, que tem na direção o Reverendo Eduardo Zdrojewski e na Supervisão o jornalista Natalício Alves Pereira, surge em oportuno momento. As matérias abordadas no seu primeiro número que circulou em fevereiro são da mais elevada importância para uma sociedade melhor.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à direção do referido órgão da imprensa.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e após ouvido o Plenário, REQUER moção de aplausos à METALÚRGICA LAMPE LTDA, pela brilhante participação na FENAM - FEIRA NACIONAL DE MÁQUINAS PARA MADEIRAS, que está sendo realizada no Parque de Exposições do Barigui, no período de 08 a 17 de março de 1985.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(a) JORGE MAIA FILHO.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa homenagear esta tão importante indústria, que tanto contribuiu para o desenvolvimento de Apucarana, sendo esta, uma das principais indústrias e também uma das pioneiras a se instalar no Município; A metalúrgica Lampe Ltda se destaca na fabricação não somente de máquinas para madeira, bem como na

fabricação de bombas d'água e fundição em geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inscrito nos Anais da Casa um voto de protesto à maneira como foi constituído o Ministério do Governo Tancredo Neves e à evidente desconsideração para com o Estado do Paraná, mais uma vez marginalizado nas grandes decisões nacionais e preterido em suas legítimas aspirações.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(a) ANTONIO BELINATTI.

JUSTIFICATIVA:

Com o advento do que se convencionou chamar de "Nova República", mais uma vez vemos o nosso Estado ser marginalizado das grandes decisões nacionais, ser postergado a segundo plano, não ser atendido em suas reivindicações.

Em que pese a enorme participação dos representantes paranaenses para a eleição do Senhor Tancredo Neves no Colégio eleitoral, sendo o Estado que conferiu proporcionalmente o maior número de votos para a eleição do novo Presidente; em que pese a firme decisão de nossos homens públicos de postular o direito de participar das articulações para a composição do novo Ministério e para o aproveitamento de paranaenses nesse Ministério; em que pese a extraordinária contribuição do Paraná para o desenvolvimento nacional, em que pese tudo isso, nenhum reconhecimento ao nosso Estado.

Sabemos todos que a escolha do Senador Affonso Alves de Camargo Neto para o Ministério dos Transportes não decorre do fato de ser ele paranaense, não decorre do reconhecimento à importância do Paraná no cenário da Nação Brasileira, mas decorre sim da amizade pessoal que o une ao Presidente Tancredo Neves.

É lamentável a submissão a que é levado o Paraná. Diante disso o Paraná não pode ficar calado, aceitar pacificamente as manobras espúrias para alijá-lo do lugar de destaque que merece nos altos escalões decisórios, daí a necessidade imperiosa de que deixemos registrado nos Anais desta Casa este nosso protesto, o nosso grito de revolta à desconsideração a que somos submetidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício através do qual seja feito veemente

apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração no sentido de tomar providências que redundem em urgentes reformas no prédio onde funciona a Escola Vila Rica do Espírito Santo, Ensino de 1.º Grau (1.ª a 8.ª séries), localizado no Município de Fênix, à Rua Jangada, n.º 28.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A Solicitação prende-se ao fato de já estarem interditadas as salas 6 e 7 por absoluta falta de condições de receberem professores e alunos para ministração normal das aulas. Além das citadas salas de aula, sem utilização há algum tempo, o restante do prédio está em precaríssimo estado, oferecendo sérios riscos de vida e saúde aos seus frequentadores, com inúmeras goteiras e sérios problemas no teto e madeiramento em geral que podem culminar até em desabamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício através do qual seja feito veemente apelo à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de tomar providências que redundem em urgentes reformas no prédio onde funciona a Escola Vila Rica do Espírito Santo, Ensino de 1.º Grau (1.ª a 8.ª séries), localizado no Município de Fênix, à Rua Jangada, n.º 28.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação prende-se ao fato de já estarem interditadas as salas 6 e 7 por absoluta falta de condições de receberem professores e alunos para ministração normal das aulas. Além das citadas salas de aula, sem utilização há algum tempo, o restante do prédio está em precaríssimo estado, oferecendo sérios riscos de vida e saúde aos seus frequentadores, com inúmeras goteiras e sérios problemas no teto e madeiramento em geral que podem culminar até em desabamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor José Richa, Governador do Estado do Paraná e Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, visando conseguir recursos junto ao Governo Federal, destinados à construção de uma

ponte ligando Porto Felício - Porto Caiuá.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Em atenção à Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Norte e Noroeste do Paraná, que congrega as entidades de classe, desta região do Estado, é que estamos desenvolvendo uma ação conjunta no sentido de viabilizar a construção da ponte em ora solicitada.

Desnecessário se faz muito esforço explicativo para afirmarmos que o Paraná, através de seu povo laborioso, tem dado uma importante contribuição ao País, sobretudo graças ao desempenho do setor primário, cujas vendas ao exterior tem sido componente expressivo para os resultados favoráveis de nossa balança comercial e para o pagamento dos juros da dívida externa.

Terras férteis na mão de povo laborioso que tem dado grande colaboração ao país enquanto a União deixa a desejar em um tratamento à altura.

Apesar de nosso papel no contexto econômico, houve por bem o governo federal escolher nosso Estado para nele instalar a maior usina hidrelétrica do mundo, Itaipu, que ao ser implantada fez submergir terras fecundas paranaenses num sacrifício cujos frutos estão beneficiando outros Estados da Federação que sem nenhum comprometimento de seu espaço físico estão recebendo a energia gerada pela gigantesca usina.

A questão que abordamos, no entanto, está ligada a outro problema de grande importância com o Estado de Mato Grosso do Sul e que demanda uma soma de forças compreendendo lideranças comunitárias, líderes políticos, entidades de classe e governos municipais e estaduais para agirmos no sentido de impedir, tal como ocorreu com Itaipu, que mais uma vez seja nosso Estado prejudicado e preterido em favor de São Paulo.

O intercâmbio comercial entre Mato Grosso do Sul e Paraná é intenso, recíproco e altamente promissor. Do Estado vizinho recebemos preciosas riquezas como gado de corte, milho, arroz, soja, madeira e muitos outros produtos primários que se destinam a outros centros consumidores ou ao porto de Paranaguá.

De outro lado, temos grandes mercados consumidores para vendermos produtos paranaenses em cidades como Naviraí, Campo Grande, Dourados, Carapó, Rondonópolis, Cuiabá e até Porto Velho.

A produção matogrossense tem no Porto de Paranaguá seu melhor traçado para escoamento. Melhor por ser uma ligação natural de melhor distância, o que se constitui ao produtor-exportador numa grande vantagem já que sua produção é colocada no

porto a custos menores, dando maior competitividade de preço. Quando o produto matogrossense é colocado via Santos o percurso até o porto paulista aumenta em 300 Km.

Em que pese a existência de um pujante fluxo econômico entre os dois estados, em toda extensão da fronteira com aproximadamente 300 Km, a divisa natural é o Rio Paraná e absurdamente não temos uma única ponte que sirva para facilitar o transporte físico de mercadorias que é feito entre Porto Felício e Porto Caiuá através de balsa, meio rudimentar e obsoleto que se constitui num grave e sério impedimento para ambos os estados.

A bem da verdade, existe um projeto de ponte a ser construída num futuro incerto em Guaíra, sobre a barragem da Ilha Grande, bem mais abaixo do Porto Felício - Porto Caiuá. De nossa parte, nada temos contra a construção dessa ponte, pois, quanto mais vias de acesso dispomos tanto melhor.

Por dever de consciência com nosso Estado, devemos cogitar sobre quando essa ponte será construída e acabamos sendo levados a um exercício de extrapolação cujo horizonte situa-se a, no mínimo, daqui a uma década.

Não podemos e não devemos ficar à mercê de obra tão distante no tempo, e mais proveitoso seria seguir o exemplo do próspero Estado de São Paulo, que graças ao seu maior peso político, e aguda visão estratégica de negócios, já tem 3 ligações com o Mato Grosso do Sul: Porto XV, em Presidente Epitácio; Barragem de Jupia, em Três Lagoas; Barragem de Ilha Solteira. Avaliem ainda, que está em avançado estudo o projeto da construção de uma ponte na barragem de usina Porto Primavera, portanto junto à divida do Paraná.

Essa infra-estrutura explica o porquê do grande movimento de veículos entre Paraná e Mato Grosso que se faz via Presidente Prudente, pois, apesar de maior distância, existe não só a ponte como também asfalto.

Ao argumentarmos invocando razões geo-econômicas queremos chamar a atenção para a necessidade de fazermos um grande empenho em utilizarmos a excepcional condição natural existente entre Porto Felício - Porto Caiuá, que nos dá um trapado privilegiado até Paranaguá, o qual atravessa a região Noroeste do Paraná, hoje relegada ao esquecimento, que seria a grande beneficiária de uma ponte entre os portos acima, bem como do asfaltamento entre Querência - Porto Felício (34 Km) e entre a conclusão Caarapó - Dourados, Porto Caiuá - Naviraí - (98 Km), no lado do Mato Grosso.

A inexistência da ponte tem prejudicado mais de 50 municípios paranaenses de forma aviltante por não encontrarmos jus-

tificativa para impormos tamanho sacrifício (mormente 28 municípios da Micro-Região 9) a uma região que poderia sofrer um grande impulso desenvolvimentista se esse investimento fosse feito agora. Alegar que devemos esperar por Ilha Grande é sofismar com o Noroeste do Paraná, com seu povo, com seus políticos.

Não construir agora uma Ponte Porto Felício e Porto Caiuá é decretar a estagnação do Noroeste, um verdadeiro descaso contra essa região. Argumentar razões de custo é uma prova de irresponsabilidade pública porque não há economia próspera quando se trabalha contra a economia, não há custo que legitime e explique o isolamento de uma região.

Enquanto agimos timidamente, vamos sendo prejudicados.

Atualmente o maior fluxo de veículos, pesados e passeio, transportando mercadorias ou pessoas em viagens turísticas é por Presidente Prudente, mesmo que o destino seja Paranaguá ou nossos balneários.

Quem perde e quem ganha?

A ponte Porto Felício - Porto Caiuá agora, independentemente de outras a serem construídas no futuro, não é um investimento necessário e de resultados seguros e promissores?

Tendo em vista o exposto, houve-se por bem empreender uma ação que envolvesse autoridades dos estados interessados, políticos da região a ser diretamente beneficiada e órgão da imprensa, procurando sensibilizar o Governo Federal no sentido de conseguirmos a construção da ponte e o asfaltamento nos trechos ainda não beneficiados.

Nossa proposta consiste em unir todas as forças vivas do Estado do Paraná, para assediarmos as autoridades federais visando obter recursos para construção da ponte Porto Felício - Porto Caiuá e conclusão do asfaltamento, nos dois estados, dos trechos inacabados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, objetivando a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na construção de um centro comunitário do Conjunto Habitacional Doutor Milton Luiz Pereira, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Logo depois que foi entregue à população o Conjunto Habitacional Doutor Milton Luiz Pereira, seus moradores já de início ao transferirem residência para aquele lo-

cal, o faziam no bojo das promessas das autoridades de que, com um espaço muito curto de tempo, contariam com toda uma infra-estrutura necessária.

No entanto, na prática isto muito pouco se verificou, e, os benefícios conquistados foram possíveis graças a organização dos moradores daquele conjunto. Estes, criaram uma entidade que tinha, desde o seu início, o papel fundamental de congregar todos os moradores, procurando desta forma, acumular maior poder de reivindicação, e, mais do que isto, poder de pressão ante aos problemas vivenciados.

Surgiu a Associação do Conjunto habitacional Doutor Milton Luiz Pereira, que através de sua Diretoria eleita, desde os primeiros instantes procurou desenvolver um trabalho voltado para os verdadeiros interesses dos seus associados. O Ilustríssimo Senhor Júlio Vieira, Presidente daquela Associação, dentre inúmeras preocupações, tem realizado diversas manifestações visando cobrar melhorias para o conjunto residencial.

No plano mais político, a Diretoria vem se empenhando com apoio de todos, para construir um Centro Comunitário, que, como o próprio nome já diz, servirá como local onde a população poderá desenvolver suas concentrações de caráter recreativo, cultural, esportivo, religioso e político, especialmente.

Neste sentido, para a construção do citado Centro Comunitário, torna-se imprescindível que essa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte dê sua contribuição, assegurando a destinação de recursos orçamentários que sejam capazes de garantir a implantação da pretendida obra.

Sala das Sessões, em 12/03/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições estatutárias, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando um estudo de viabilidade para pavimentação asfáltica da Estrada que liga o Município de Rio Branco do Sul (Socavão) à Piraí do Sul, fazendo assim a ligação com a Estrada do Cerne, através do Município de Rio Branco do Sul, conforme trabalho já entregue ao Secretário dos Transportes Senhor DENI LINEU SCHAWARTZ, em 06.03.85.

Sala das Sessões, em 12.03.85.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica da estrada requerida, é uma justa e longa reivindicação de toda comunidade do Município de Rio

Branco do Sul e municípios vizinhos, pois contribuiria para uma maior integração deste município com as demais regiões do Paraná.

Além do que, que a pavimentação da Estrada requerida, desafogaria todo tráfego que se dirige ao Norte Velho, passando pela cidade de Ponta Grossa. Além de permitir maior facilidade, velocidade, e economia de combustível de todo minério explorado na região de Rio Branco do Sul que se destina ao Norte do Paraná e também ao Estado de São Paulo e Minas Gerais, grandes consumidores do minério bruto e também da cal e calcário produzido na região.

Facilitaria também no acesso e escoamento do mesmo produto, inclusive cimento, que fazem um tráfego muito pesado e que têm que passar por Curitiba e Campo Largo, com isto atrapalhando todo tráfego, causando graves acidentes e deteriorando todo sistema viário que não está preparado para suportar tráfego tão pesado, para então poder se dirigir às rodovias que levariam os referidos produtos aos centros consumidores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Affonso Camargo, Ministro dos Transportes, desejando votos de sucesso frente a esta Pasta e ao mesmo tempo solicitando especial atenção e apoio para a construção da Estação Rodoviária de Londrina, e na execução dos trechos não pavimentados da BR-272, especialmente nos trechos Filgueira-Sapopema, Sapopema-Mauá, perfazendo um total de 82 quilômetros.

Sala das Sessões, em 12.03.85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Tata-se de uma aspiração antiga da comunidade londrinense, a construção de uma nova estação rodoviária, principalmente se levarmos em consideração a situação precária em que se encontra a atual que não possui instalações adequadas para propiciar conforto e segurança dos passageiros, que por lá passam diariamente.

Quanto à pavimentação dos trechos Filgueira-Sapopema, Sapopema-Mauá, trata-se de parte integrante do Sistema Rodoviário Federal, constante no Plano Nacional de Viação aprovado pela lei n. 5.197 de 10/09/73.

Devemos considerar ainda os benefícios, que esta obra traria àquela região do Estado, principalmente no que se refere ao escoamento da produção de grãos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Direção Regional da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, solicitando a construção urgente de uma Agência dos Correios no Município de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 12.03.85.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cafelândia, que conhece um dos maiores índices de desenvolvimento do Estado, dispõe atualmente de tão somente um Posto dos Correios, para atender à sede do Município e seus Distritos, o que, justificadamente, causa transtornos e revolta nos usuários. Para facilitar a construção de uma Agência com condições de bem atender à população, a Prefeitura Municipal de Cafelândia se dispõe a doar o terreno para esse fim.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação Oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da COHAPAR-Companhia de Habitação do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, objetivando o desenvolvimento de estudos visando avaliar as reais possibilidades de se reduzir o valor das prestações das casas populares construídas na Municipalidade de Iretama.

Torna-se dispensável tecer comentários ou avaliações a respeito da grave crise econômica que atinge a maioria da população brasileira, notadamente a de menor poder de aquisição, fruto exatamente da política adotada pós 64.

Um dos reflexos de tal conjuntura dos últimos 20 anos, sem dúvida foi e é a questão da moradia. A maioria está desprovida de qualquer justiça social, onde a questão da casa própria foi muito mais um sonho do que uma perspectiva concreta.

O atual Governo do Estado, dentro de uma nova filosofia de trabalho para o setor, procurou voltar-se verdadeiramente para a questão da casa própria. E, grande exemplo que bem ilustra esta disposição, seguramente se refere aos chamados e conhecidos projetos "mutirão".

Mas, por outro lado, o projeto "mutirão" fora implantado somente nesta nova fase de Governo, ao passo que, no passado, nada sequer parecido existia. No que diz respeito aos mutuários do Município de Iretama, cujo conjunto foi construído já há bastante tempo, estes tem reclamado do

valor que consideram incompatíveis com seus ganhos salariais, verificando-se inclusive, certos atrasos no pagamento, face à carência.

Diante de tal realidade conjuntural, os moradores de Iretama estão a solicitar dessa Companhia e Secretaria de Estado do Interior, estudos no sentido de que os valores de suas respectivas prestações sejam reduzidos, o que, pelo menos servirá para amenizar a difícil situação daquelas famílias.

Sala das Sessões, em 12.03.85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado José Richa, no sentido de que seja autorizada a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na conclusão do Hospital do Sindicato Rural, com sede na Municipalidade de Barbosa Ferraz.

A Excelentíssima Senhora Vereadora Elza Marques Gonçalves é funcionária bastante antiga do Sindicato Rural de Barbosa Ferraz. Graças ao seu trabalho prestado ao longo dos anos junto àquela organização sindical, é que ela ingressou na política adquirindo respaldo popular e reconhecimento pela defesa intransigente dos verdadeiros interesses preconizados também pelas diretorias que estiveram à frente do Sindicato.

Mas, ao longo de todo este período, a batalha maior tem sido mesmo a implantação de uma estrutura de atendimento médico-hospitalar com capacidade de dar resposta às reais necessidades mais prementes do conjunto da população, notadamente dos que integram o Sindicato. Neste sentido, foi dado início a construção de um Hospital prevendo a edificação de cerca de 1.400 m² de área construída. Entretanto, com o passar dos tempos o andamento das obras foram por inúmeras vezes paralisadas, até que, definitivamente, foram suspensos todos os trabalhos da construção, pela absoluta falta de recursos para tal.

Do que está previsto no projeto de engenharia elaborado, ficou apenas construída o setor laboratorial, onde está faltando tão somente seu acabamento. Há dois anos que as obras estão paralisadas, pelo mesmo motivo existente desde quando se teve tal iniciativa: falta de recursos.

A comunidade, por sua vez, nunca se negou a dar sua contribuição, graças ao seu espírito mais do que público, humanitário. Mas mesmo assim, dado exatamente a

grandiosidade do empreendimento, a coletividade barbozense tem conseguido muito pouco (embora de reconhecido significado) mas insuficiente, face ao montante de recursos que deverão ser aplicados.

Durante todo este período, o que se viu por outro lado, foi a total omissão por parte dos órgãos federais, estaduais e, em muitos casos, também de Administrações Municipais, que sempre se mantiveram insensíveis à reivindicação da comunidade, tendo sido incapazes ainda, sequer de responder aos reclamos da população de um modo em geral.

Neste sentido, a apresentação deste Requerimento, (que, além de ser de iniciativa da mencionada Vereadora, tem também o apoio total dos demais integrantes do Poder Legislativo de Barbosa Ferraz e das lideranças da comunidade, bem como do próprio Sindicato Rural) se faz necessária a sua apresentação, objetivando ter, por parte do Governo Estadual, através de seus organismos públicos, a liberação de recursos que permitam o reinício das obras até então paralisadas do Hospital.

Sala das Sessões, em 12.03.85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a liberação de cinquenta carteiras novas para a Escola Roberto Brzezinski - Ensino de Primeiro Grau, localizada na Municipalidade de Campina da Lagoa.

Torna-se imprescindível a apresentação deste Requerimento, tendo em vista os reclamos da população pois os pais de alunos do mencionado estabelecimento educacional, não possuem carteiras suficientes para a acomodação de todos.

Tal realidade aconteceu durante este ano, face ao grande número de estudantes matriculados, muito superior ao dos anos anteriores, o que, atualmente tem criado uma série de transtornos, já que muitos não tem onde sentar.

Espera-se dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação o imediato atendimento do que ora é apresentado, pondo fim aos transtornos verificados em Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 12.03.85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que sejam realizados estudos apropriados objetivando a redução das prestações das casas populares construídas na Municipalidade de Mariluz.

Os diversos moradores do conjunto habitacional construído por essa Companhia tem, constantemente, manifestado suas preocupações quanto ao preço das prestações de suas respectivas residências, muito acima de suas reais condições de poder aquisitivo.

Neste sentido, muitos moradores daquele conjunto estão até mesmo impossibilitados de continuar a efetuar o pagamento de seus compromissos com relação às prestações.

Somente a redução nos valores atualmente pagos é que permitirá em parte que a tal situação vivenciada seja em muito minorada.

Sala das Sessões, em 12.03.85.

(a) RUBENS BUENO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 11/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - A localização dos projetos agrícolas e industriais, destinados à produção de álcool no Estado do Paraná, nos municípios com área de solos derivados do arenito caiua, terão prioridade para aprovação.

Art.2.º - O Poder Executivo, através de suas Secretarias de Estado, promoverá análise dos projetos agrícolas e industriais, de modo a subsidiar as decisões da Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL), no que tange ao enquadramento destes, no Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL).

Parágrafo 1.º - Para efeito no disposto neste artigo o Poder Executivo incumbirá:

I) À SEAG, a análise e avaliação do impacto dos projetos, objetos desta lei, sobre o meio rural.

II) À SEIC, a análise da adequação dos projetos objetos desta lei à Polícia Industrial do Estado.

III) À SEIN, a análise e avaliação dos efeitos, no meio ambiente, decorrente da implantação ou ampliação dos projetos, de que trata esta lei.

Parágrafo 2.º - As Secretarias de Estado, referida neste artigo articular-se-ão

regulamentando a análise e tramitação apropriada dos projetos, a serem submetidos à CENAL.

Parágrafo 3.º Aplica-se as normas desse artigo, em quaisquer outros projetos, destinados ao incentivo da produção do álcool para outro consumo.

Art. 3.º- A análise dos projetos tratados nesta lei, a cargo da SEAG, objetiva fundamentalmente evitar que a expansão ou implantação de novos cultivos da cana-de-açúcar, produza as seguintes alterações no meio rural:

I) venha substituir bolsões de lavou-
ras já existentes;

II) estenda-se sobre bolsões de pequena propriedade, induzindo à concentração fundiária;

III) ultrapasse os limites da região programa definida pelo zoneamento agrícola, nos termos do art. 1.º desta lei;

IV) acarrete competições com outros programas federais e estaduais na utilização do solo quando se destinarem à produção de alimentos;

V) reduza de forma relevante a cobertura florestal da região ou proceda à sua extinção.

Parágrafo 1.º- Para os efeitos dos itens I e II deste artigo, a Secretaria de Estado da Agricultura tomará como base para o seu parecer final, os seguintes critérios:

- a) ocupação atual do solo;
- b) estrutura fundiária;
- c) categoria de produtores.

Parágrafo 2.º- Para os fins previstos neste artigo, a Secretaria de Estado da Agricultura recomendará procedimentos que visem a manutenção dos bolsões de lavouras e da pequena propriedade, tais como:

- a) tecnologia de cultivo;
- b) rotação e/ou consorciação com culturas alimentares;
- c) práticas conservacionistas.

Art. 4.º- A Secretaria de Estado do Interior, considerará os seguintes critérios, na análise dos projetos a que se refere esta lei, para evitar que alterações relevantes sejam produzidas no meio ambiente como:

- a) poluição dos mananciais e cursos d'água;
- b) poluição atmosférica;
- c) poluição pela inadequada destinação do vinhoto.

Art. 5.º- Fica vedado às instituições financeiras controladas pelo Estado do Paraná, conceder qualquer tipo de apoio, inclusive, financeiro, a projetos agrícolas ou industriais, destinados à produção de álcool que se localizem fora do zoneamento aprovado pelo art. 1.º, ou não atendam a qualquer das diretrizes estabelecidas nesta lei.

Art. 6.º- Fica assegurado às usinas de álcool em funcionamento, a oportunidade de expandirem a sua capacidade, até o dobro daquela aprovada no projeto original, desde que os investimentos já realizados em máquinas, equipamentos e obras civis quando da implantação, sejam consideradas relevantes para a expansão pretendida.

Art. 7.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1985.

(a) PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

Sem dúvida alguma o Estado do Paraná tem contribuído de forma fundamental para a produção de alimentos. Além disso alternativas energéticas tem sido estimuladas, principalmente aquelas que têm na terra sua viabilidade.

Dentre essas alternativas, a energia a partir da produção do álcool é uma das que tem se viabilizado.

Essa viabilização, no entanto, não pode e não deve ser às custas de ocupação de área produtora de alimentos para o mercado interno e muito menos às custas do meio-ambiente. Diante disso, apresentamos este anteprojeto de lei que visa, fundamentalmente, racionalizar a expansão do álcool, protegendo áreas nobres para produção de alimentos e também nossos ecossistemas. Com isto, pretendemos viabilizar a produção de álcool em completa harmonia com nossas potencialidades naturais.

PROJETO DE LEI N.º 12/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Cambará, o lote urbano de propriedade do Estado, com a área de 1.470 (um mil, quatrocentos e setenta) metros quadrados, situado na Rua João Manoel dos Santos, na cidade de Cambará, medindo 35 (trinta e cinco) metros de frente para a citada rua, de esquina com a Rua Nossa Senhora do Rocio, medindo 42 (quarenta e dois) metros de extensão, de forma regular, limitando de um lado com Reodonte Bernardelli Netto e por outro com Alfredo Bergamaschi, que deverá ser utilizada para a construção do novo prédio da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único- A área de terra, objeto da presente doação, deverá ser gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1985.

(a) HERMAS BRANDÃO.

PROJETO DE LEI N.º 13/85

A Assembléia legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de interesse turístico a localidade de Porto Camargo, no Município de Icaraíma.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

Nossa intenção, ao apresentarmos o presente projeto de lei, é a de oferecermos ao nosso Estado a possibilidade do incremento de mais um ponto turístico, fator importante para um maior desenvolvimento da chamada "indústria sem chaminé", que é o turismo.

O enorme sucesso alcançado pela "1.ª Pesca ao Pau" na localidade de Porto Camargo, no Município de Icaraíma, revelou, de forma clara e inequívoca, o grande potencial turístico daquela localidade.

Aumenta ainda mais tal perspectiva o asfaltamento da estrada que liga Icaraíma a Porto Camargo. Por outro lado, aquele Porto presta serviços à região há trinta anos, sem receber as benesses de um porto turístico.

A adoção da referida medida, declaração de interesse turístico, significará a redenção do Município de Icaraíma, pois permitirá que para lá sejam carreados recursos financeiros não só do Poder Público Estadual, como também, de outras esferas.

PROJETO DE LEI N.º 14/85

A Assembléia Legislativa
do Estado Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública estadual, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança, com sede no Município de Boa Esperança e foro no Município de Goioerê.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do Senhor Ildefonso Alves de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança, tem como objetivo o presente projeto de lei reconhecer trabalho de alto cunho social que a entidade vem desenvolvendo, seja na proteção e representação dos interesses de sua categoria profissional perante as autoridades administrativas e judiciárias, ou na manutenção de serviços de assistência para seus associados.

Sendo o Município de Boa Esperança essencialmente agrícola, com uma população rural que excede bem mais da metade da população urbana, a presente declaração de utilidade pública em muito viria contribuir para uma melhoria das condições existentes, através da criação de novos benefícios para os associados daquele Sindicato.

Entre as atividades dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, podemos citar sua colaboração como órgão técnico e consultivo do Estado, no estudo e solução de problemas, tanto atinentes à categoria profissional que representem, como a atividade essencialmente agrícola que desenvolvem seus associados. Esta é, sem dúvida, a causa maior deste pedido, propiciando uma interrelação harmônica entre os agricultores e o Estado.

No tocante à sua integração com a comunidade, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança mantém um ambulatório médico, assistência farmacêutica, gabinete dentário, assistência jurídica, assistência social e realização de cursos de orientação sindical.

Diante do exposto, apela o presente Sindicato para a compreensão dos nobres Parlamentares, possa ser o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança considerado de utilidade pública Estadual, preenchidos os requisitos legais da Lei n.º 6.994, como o comprova a documentação anexa.

PROJETO DE LEI N.º 15/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Lar do Velhos Desamparados de Loanda, com sede e foro no Município de Loanda, neste Estado.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

Apoiamento: Ferrari Júnior, Caíto Quintana, Adhail Sprenger Passos, Nelson Vascon-

cellos, Djalma de Almeida César e Dirceu Manfrinato.

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1965, o Lar dos Velhos Desamparados de Loanda é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter eminentemente filantrópico e assistencial, e há mais de duas décadas vem cumprindo com inteira responsabilidade o disposto em seus Estatutos.

Os membros de sua Diretoria nada percebem pelo desempenho de seus cargos eletivos.

Essa Entidade congrega velhinhos necessitados do município e circunvizinhança, prestando um relevante trabalho social, suprimindo necessidades de caráter alimentar, médica e, principalmente, de calor humano a todos os seus assistidos.

Seu trabalho é notório, pois, vem calçado no mais alto espírito humanitário, proporcionando aos idosos um ambiente digno e acolhedor, portanto, mister se faz seja declarada entidade de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faltando apenas três dias para a posse do Presidente Tancredo Neves, parece-nos que a esta altura a desilusão tomou conta de todos os paranaenses.

O Sr. Presidente Tancredo Neves, é bom lembrar quando se realizaram os famosos comícios em que o povo foi à praça pública pedir eleições diretas, o Sr. Presidente Tancredo Neves foi várias vezes às praças públicas do Rio de Janeiro, São Paulo e dos grandes centros do País e, a Curitiba Sua Excelência não veio nenhuma vez. Não participou de nenhuma concentração popular que pedia as eleições diretas para a Presidência da República.

Essa foi sem dúvida a primeira grande demonstração de que o Sr. Presidente Tancredo Neves não queria nada com o Paraná, não queria nada com os paranaenses.

Ele pouco valor, pouca importância estava dando ao apoio que ele tinha certeza, seria maciço, dos Deputados e Senadores que votariam no Colégio Eleitoral.

E no instante em que Tancredo Neves anuncia a composição do seu Ministério, mais uma vez veio a comprovação de que o Paraná está totalmente desprestigiado na Nova — Velha República.

Daqui fará parte do Ministério apenas Affonso Camargo Neto e que é sabido que está sendo escolhido Ministro não por ser paranaense, porque se Affonso Camargo fosse paulista, capixaba, mineiro, pela amizade e pela intimidade que tem com Tancredo Neves, certamente ele seria Ministro da mesma forma.

Então, não é Ministério dado à força política do Paraná. É um Ministério dado ao seu amigo Affonso Camargo. E com isso o Presidente Tancredo Neves não

atendeu ao apelo do povo, da sociedade paranaense que lhe fora entregue pelo Governador Richa.

Não deu ouvidos às manifestações da imprensa, da sociedade, das entidades de classes, também da classe política que pediam do novo Governo uma maior participação do nosso Paraná.

E hoje, finalmente, se consolidou, no anúncio do novo Ministério, do desrespeito e o desprestígio do nosso Paraná.

Mas, não é apenas o Ministério, não é apenas o Governador José Richa que não foi ouvido por Tancredo Neves. Os Srs. Deputados que defenderam com tanto amor a candidatura de Tancredo Neves, depositando em Sua Excelência tanta esperança, eu tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Vossas Excelências não foram sequer convidados para a posse de Tancredo Neves no meio dos 5 mil convidados que vão participar daquela festa pomposa do Itamarati, que vão jantar, que vão beber, que vão comer por conta do erário público, por conta do dinheiro do imposto pago pelo sofrido povo brasileiro no meio daqueles 5 mil brasileiros que vão beber whisky contrabandeado, apreendido pela Receita Federal, num fato escandaloso para a festa de um Presidente da República, servir para os convidados, até estrangeiros, whisky contrabandeado, apreendido pela Receita Federal. Porque nós vemos, Sr. Presidente, que esta própria Casa de Leis do Paraná também não deve ter sido prestigiada pelo Cerimonial do Senhor Tancredo Neves, porque até agora eu não encontrei nenhum Deputado do PMDB que tivesse sido lembrado para estar dia 15 em Brasília para jantar com o novo Presidente Tancredo Neves.

É um desrespeito não apenas para com o povo, com a sociedade paranaense, mas é a própria classe política que foi desconsiderada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na edição do último domingo do jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", depara-se com uma matéria intitulada "MENONITA — UMA ESTRANHA SEITA", inserida na longa reportagem trazida a público com a manchete "MISTÉRIO, MITO. ONDE ESTÁ MENGELE?"

A bem da verdade e por conhecer de perto as atividades dos Menonitas no Paraná, devo manifestar o meu protesto pelas referências desastrosas, contidas na mesma publicação.

A palavra "estranha", não se ajusta aos Menonitas, mas, sim, a atitude do redator em identificá-los depreciativamente por "seita". Estranha é também a sua afirmação de que "essa religião, entre outras coisas, prevê o isolamento em relação as cidades, consideradas centros de corrupção e de vícios".

Em Curitiba, os Menonitas vivem perfeitamente integrados com as comunidades de diversos bairros. Mantém entre outras instituições, um renomado estabelecimento de ensino no Boqueirão, o tradicional Colégio Erasto Gaertner. Muitos deles exercem atividades produtivas, como cooperados no fornecimento de matéria prima da marca CLAC, como empresários, empregados,

profissionais liberais, funcionários públicos, diretores de associações.

Além de outros municípios, os Menonitas estão presentes em Palmeira, especialmente em Witmarsum, oferecendo melhor exemplo do cooperativismo, reconhecido e elogiado por todos os que julgam ser este sistema o ideal para o desenvolvimento do meio rural brasileiro. Os seus produtos Cancela — leite e seus derivados — são conhecidos pela excelente qualidade.

É verdade que os Menonitas podem ser vistos como rigorosos ou disciplinados em seus hábitos de vida, pois levam em conta, como os evangélicos em geral, os ensinamentos bíblicos.

Não mantém, todavia, "controle férreo sobre os membros de suas comunidades", ~~nem tão pouco~~ os seus líderes são dados a "trabalhos de vigilância", como escreveu o repórter. Ao contrário, em suas comunidades e igrejas, adotam princípios democráticos nas decisões e escolha dos seus dirigentes. Depois de terem sido perseguidos cruelmente até por regimes totalitários de ateus, amam a liberdade, a paz e cultivam o amor a DEUS e ao próximo. São acolhedores e não preconceituosos e procuram desenvolver a cultura musical como uma expressão desses sentimentos.

Tudo isto poderá ser facilmente constatado por qualquer pessoa, que sinceramente procure conhecê-los em suas instituições e especialmente nos templos Menonitas e dos Irmãos Menonitas, abertos a todos em várias cidades do Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra do terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No final da ~~manhã~~ de hoje, o futuro Presidente Tancredo Neves anunciou a sua equipe ministerial, e é oportuno que esta Casa se manifeste em relação ao futuro integrante da Pasta do Ministério dos Transportes, paranaense que é, o atual Senador Affonso Camargo.

Por esse motivo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, propomos nesta sessão envio de expediente ao futuro Ministro dos Transportes, Senador Affonso Camargo, desejando votos de sucesso à frente dos trabalhos de sua pasta, ao tempo em que solicitamos atenção especial às obras que no Paraná, nesse setor de transportes, vem há anos se arrastando, em particular na nossa região, julgamos oportuno destacar, com apoio efetivo que até hoje não houve, a construção da Estação Rodoviária de Londrina, como também, no término da execução dos trechos não pavimentados, da BR - 272, rodovia que faz parte do Plano Nacional de Viação, aprovada pela Lei 5.197, de setembro de 73, que se constitui numa alternativa ~~a~~ deslocamento não só de passageiros, mas especialmente do transporte de grãos, no sentido de Guaira ao limite com o Estado de São Paulo; e que apesar de alguns trechos terem sido pavimentados, um dos trechos mais importantes, compreendidos entre os Municípios de Figueira - Sapopema e Sapopema — a Mauá, perfazendo um total de 82 quilômetros, continua sem prosseguimento.

Esse, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é um dos motivos da nossa intenção nesta tarde, neste horário.

Outro assunto que nos traz à presença dos companheiros diz respeito a uma situação angustiante que,

todo início de ano, se repete. Mais especificamente na área escolar, no que diz respeito ao exame médico de escolares, com efeito de definir a aptidão para a educação física.

Todo início de ano letivo, por obrigação de uma legislação federal caduca, mais especificamente o Decreto 60450, de novembro de 71, que dispõe sobre a obrigatoriedade de exame médico, para prática de educação física. Nós solicitamos, através de requerimento nesta Casa, que a Secretaria de Saúde do Estado e a Secretaria da Educação do Estado, redefinam os critérios de cumprimento da Legislação Federal, pertinente. Pois a realidade, que neste ano se repete, é da impossibilidade e mesmo da pouca relevância, que do ponto de vista epidemiológico da saúde pública, tem essa disposição de realização obrigatória de exame médico, para prática de educação física.

Estudos da própria Secretaria de Educação do Estado, e da Saúde, estudos do próprio Ministério da Educação, recomendam a revogação dessa disposição. E nós aqui justificamos e devido a exeguidade do tempo, não vamos nos alongar, mas reforçamos a necessidade de uma redefinição dos critérios, de cumprimento dessa legislação. Deixando o exame médico, para a prática da educação física, para somente aqueles casos que de fato requeiram necessidade, após um trabalho junto com os professores e com a implantação efetiva de um programa de saúde escolar, que o Estado do Paraná, requer.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador). (Assume a Presidência o Sr. Deputado Orlando Pessuti).

O SR. PRESIDENTE — (Orlando Pessuti) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT — (Lê): "Não hei de mofar nem de execrar das ações dos homens, hei de compreendê-las".

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Nós, os Deputados da Frente Liberal do Paraná, como Padre Vieira, também, não queremos rir nem chorar das ações de alguns Deputados que nos criticam; queremos compreendê-los.

Sim, compreender as razões das críticas que temos recebido, tanto do PDS, como do PMDB, no que se refere ao comunicado assinado, onde se levava ao conhecimento público uma informação que nos fora dada pelo Presidente eleito Tancredo Neves, a respeito da situação dos Prefeitos dos Municípios de Área de Segurança Nacional.

Senhores Deputados:

Está no Aurélio a definição do que é um fato — É coisa ou ação feita — É acontecimento — É aquilo que é real.

Pois bem, em nossa audiência com o Presidente eleito fomos informados de sua intenção de não trocar os atuais Prefeitos de Municípios de Área de Segurança Nacional, que fossem membros do PMDB ou de nosso partido, até que se realizassem as próximas eleições.

Disse-nos mais o Presidente, que nos asseguraria, como novo partido a possibilidade da participação das eleições nestes municípios, o que é nosso anseio e desejo.

O que ocorreu após o fato ter sido levado a público? Foi dada uma versão, totalmente diversa da realidade.

Tentaram transformar nosso comunicado, num

libelo, numa peça acusatória, como se aquilo que está escrito fosse algo terrivelmente preparado por nós.

Ora, Senhores. Quando se diz que estamos fazendo manobras de aliciamento para obrigar os Prefeitos dos Municípios de fronteira a passarem para o nosso partido, está-se criando uma estória, deixando a história de lado, e todos os nobres Deputados sabem da distinção da primeira, que é a narrativa de uma ficção; da segunda, que é a narração metódica dos fatos realmente ocorridos.

Ainda, é bem que se coloque aqui, mais um fato levantado no diálogo com o Presidente eleito:

O momento da substituição. O porquê de se trocar Prefeitos por um curto prazo de tempo, fato que traria marcantes prejuízos à administração, bem como transtornos irreparáveis à toda a população destes municípios.

Quando se afirma que a Frente Liberal está manobrando sem ética é bom que se deixe claro. Em primeiro lugar, a Frente Liberal não está manobrando. Quem está manobrando são aqueles que querem a troca para se garantir nas eleições de setembro. São aqueles que criticam os Prefeitos nomeados e que agora querem nomear os seus afilhados políticos. Em segundo lugar, receber informações, nunca foi ético ou aético, sempre foi um simples ato de escuta.

Deixamos aqui então, a verdade. A real história para aqueles que quiseram dela saber. Fomos ao Presidente eleito. Recebemos uma informação de sua intenção. Tornamos o fato público. Nada mais. As eleições, fiquem por conta e risco de cada um".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No

Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O futuro Presidente da República, Senhor Tancredo Neves, fez divulgar, hoje, a composição de seu Ministério. É possível perceber nesta composição em primeiro lugar uma discriminação ostensiva aos três Estados do Sul do País.

Não levou Sua Excelência, em conta, a importância, intelectual, social, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Compôs um Ministério de paulistas, de mineiros e de nordestinos, do Paraná foi escolhido o Senador Affonso Camargo, para o Ministério dos Transportes, do Rio Grande do Sul, o Senador Pedro Simon, para Agricultura, e os nossos vizinhos de Santa Catarina não receberam o privilégio de integrar o Governo da Nova República!

Não há nenhuma dúvida de que esta Nova República que se instala no País a partir de 15 de março está punindo ostensivamente o Sul do Brasil! É importante, que todos nós, sem o interesse específico de defesa de facções partidárias, saibamos nos colocar contra essa hegemonia dos paulistas, dos mineiros e dos nordestinos, porque estão sendo postergados os interesses, em todos os sentidos, inclusive os interesses políticos dos três Estados do Sul do País.

As explicações talvez possam ser dadas por critério político do Senhor Tancredo Neves, comprometido com o verdadeiro arco-íris daqueles que o apoiaram

e, ao mesmo tempo, comprometidos com o balaio ideológico daqueles que o levaram à Presidência da República.

E ficam os três Estados do Sul Brasileiro, sem uma presença mais esperançosa no novo Governo, porque até nas reuniões ministeriais os interesses do Sul do País, representados esses interesses pelos interesses que se confundem com o que querem paranaenses, catarinenses e gaúchos, esses interesses terão apenas dois votos no colegiado do futuro Presidente.

Talvez a explicação mais lógica que se ache para esta atitude, seja o fato de o Rio Grande do Sul ser governado por um homem do PDS, de Santa Catarina ser um Estado governado por um homem do PDS, e pelo fato de aqui no Paraná, mesmo sendo Governador do PMDB, o Senhor José Richa, se utilizando das suas prerrogativas de ter a sua opinião, e de manifestar livremente o seu pensamento, em alguns momentos discordou e, em outros contestou o direcionamento político do Senhor Tancredo Neves.

Ainda assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia em que a Nação conhece a composição do futuro Ministério, entendo importante que a nossa esperança não faleça, ao contrário, que a nossa esperança se renove, porque colocamos os interesses nacionais muito acima dos nossos interesses individuais ou partidários.

Mas, não poderia eu deixar de registrar esta discriminação aos Estados do Sul, e, muito particularmente, esta discriminação ao Paraná, porque aí se instala a República de mineiros, paulistas e nordestinos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Senhor Deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN - O Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trazemos no dia de hoje ao Plenário desta Casa, a nossa preocupação quanto aos funcionários do Banco Sul Brasileiro.

O que tem acontecido hoje no Brasil, como no seu recente passado, com a intervenção em casas financeiras, com escândalos financeiros em empresas particulares, sempre com alguns poucos sendo beneficiados, e muitos prejudicados, trazemos hoje, aqui, também, o caso do Banco Sul Brasileiro. Um conglomerado financeiro que possui 34 agências no Estado do Paraná, sendo 8 na Capital, com mais de 350 agências em todo o País.

Nós não conseguimos entender como um conglomerado com um poderio econômico e financeiro desse porte, pode chegar à insolvência e o Governo, através do Banco Central, só se perceber dias antes do caos.

E nós, perguntaríamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que aconteceu, ou que acontecerá aos culpados, aos diretores deste conglomerado, que através de atos e resoluções errôneas, quando da sua maioria através de falcaturas conseguiram inviabilizar um sistema financeiro, que nós sabemos hoje no País.

Um ramo de maior rendimento econômico que existiu, e que existe em todo o território nacional. E a nossa preocupação, porque esses poucos que foram os culpados, não serão, temos certeza, porque o passado já nos comprovou, e o presente nos prova, não serão responsabilizados pelos atos que tomaram diante da administração, diante da má administração dos recursos financeiros, investidores brasileiros de todos os Estados, que foram enganados, em suma, que foram roubados. e que lamentavelmente vêem-se tolhidos de poderem tentar um resgate do seu dinheiro.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nenhuma empresa, nenhum conglomerado consegue crescer, consegue se expandir, sem a participação de outros, que vão dar do seu trabalho, do seu suor, para esta dita empresa. E, estes são os funcionários do Banco Subbrasileiro, que após a intervenção do Banco Central se vêem na rua, com suas famílias passando fome, e ninguém, muito poucos brasileiros, levantando a voz em torno de todo este pessoal, principalmente num período em que o Brasil carece de um maior número de empregos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Pequeno Expediente passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

"Com a extinção dos partidos políticos em nosso país em 1966, dois partidos foram criados, ARENA e M.D.B. todos de uma mesma origem, a revolução de 1964. Optei pela ARENA, nela permaneci até a sua extinção que teve como sucedânea o P.D.S., nele continuei. Contribui com ambos os partidos, trouxe valorosos companheiros, ajudei proporcionar vitória de Prefeitos e Vereadores em vários municípios, contribui com minha eleição para Deputado em quatro legislaturas consecutivas sem nunca utilizar qualquer cargo legislaturas consecutivas sem nunca utilizar qualquer cargo no Governo. Lembro-me bem, no Governo Jayme Canet, quando fazia a campanha de 1978, ele me perguntou o que precisava, a minha resposta foi de agradecimento e dizendo que só não queria ser atrapalhado; assim sempre procedi.

Sofri como muitos companheiros do P.D.S., partido do Governo que não estava no Governo, assistindo os escândalos da corrupção em vários setores na Área Federal, sem nada poder fazer; tendo que aceitar o casuísmo na vinculação de votos, subordinação, a fidelidade partidária que deixou a todos manietados.

Houve agora a oportunidade de dar um basta a tudo isto.

Fiz um pronunciamento no final do ano passado nesta Casa, quando afirmei: sem democracia não há esperança. Mesmo capenga, ela é superior a qualquer forma de autoritarismo, ainda que esteja amarrado dos melhores propositos. Ele pode prevalecer por um tempo, por um curto espaço de tempo, quando existe a necessidade de se afastar algum perigo iminente que afeta os destinos

de um povo.

Pois bem, Senhores Deputados, sinto não poder ter comigo muitos companheiros do P.D.S., com os quais tive uma boa convivência e junto carregamos o fardo pesado do ônus de ser Governo e não estar no Governo.

Só com a criação de um novo partido é que a lei permite ao parlamentar uma opção e, este é o momento de optar.

Optamos não para ser caudatários, procurando prato feito, mas optamos por um novo partido sem mancha que agora se inicia.

Hoje criamos a nossa Primeira Comissão Diretora Provisória Regional, da Frente Liberal e, por delegação de meus companheiros: Deputados: Péricles Pacheco, Augusto Carneiro, Jorge Maia, Francisco Escorsin, Basílio Zanusso e Ivan Gubert, venho dar ciência à Casa de que a partir de hoje como já disse, começando do nada vamos dar início à formação de um partido que terá como filosofia a defesa da Democracia, regime que melhor responde às necessidades aspirações do homem civilizado, a luta pela instauração da plenitude democrática. Advogar o direito de que todos tem de expressar livremente, consignando o repúdio a todas as formas de totalitarismo

Como um partido que formou com seus membros, a Aliança Democrática, elegendo o Presidente Tancredo Neves; dará apoio ao Governo Federal e, em nosso Estado agindo com independência o tratamento será recíproco sempre no apoio aos atos em benefício do povo, opondo ao que julgarmos inconveniente à comunidade paranaense.

Vamos oferecer a este Parlamento antes do esperado, a extinção do bipartidarismo essência dos regimes democráticos.

Nestas condições, Senhor Presidente, em nome dos primeiros parlamentares que integram a Frente Parlamentar, estou encaminhando à mesa requerimento no seguinte teor: (Lê):

"Exmo. Sr.

Deputado Nilso Sguarezi

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

N E S T A

Senhor Presidente.

Para os devidos fins regimentais, os Deputados signatários do presente, comunicam à Vossa Excelência que, na qualidade de fundadores do PARTIDO DA FRENTE LIBERAL (PFL), passam, a partir desta data, a constituir a Bancada do referido Partido, nesta Assembléia Legislativa.

Outrossim, juntam a este, exemplar do Diário Oficial da União, de 27 de fevereiro de corrente ano, que publicou os atos constitutivos do novo Partido, que são: Manifesto de Lançamento, Estatuto e o Programa Partidário.

Na expectativa da atenção de Vossa Excelência antecipam agradecimentos".

Esteja certo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nos nossos pronunciamentos, nossa participação nas Comissões Técnicas e na Administração da Casa na participação que nos couber, será sempre no propósito de contribuir para o fortalecimento deste Poder, lutando para que no menor espaço de tempo possa readquirir

seus direitos usurpados com o regime de exceção".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa consulta o Deputado Péricles Pacheco se deseja fazer isto do restante do horário do Grande Expediente. E consulta, também, ao Deputado Márcio Almeida, o orador seguinte inscrito, se concorda com essa deferência de tempo ao Deputado Péricles Pacheco. Na ausência do Deputado Márcio Almeida, a Mesa concede a palavra ao nobre Deputado Péricles Pacheco.

O SR. PÉRICLES PACHECO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Nunca, como agora, a expressão clássica dos latinos - *"in medio stat virtus"* -, no meio está a virtude, pôde ser tão bem utilizada para um momento nacional, historicamente vital, como este que a Nação brasileira está a viver.

A virtude da moderação, o bom senso das decisões pensadas, amadurecidas, largamente refletidas em busca do consenso nacional, identificam estes momentos que o Brasil começa a viver. Um tempo novo que se inaugura, a partir de 15 de março próximo, com o advento da chamada Nova República, e cujo grande artifício é o povo brasileiro sob a segura liderança do Presidente eleito, TANCREDO DE ALMEIDA NEVES.

Examinar o momento, esta passagem histórica, com a isenção que a Nação requer, é obrigação de todos nós e, de modo muito particular, de cada um de nós que, detentores de mandatos eletivos, devemos refletir - com a maior clareza possível - o sentimento nacional. Porque, se assim não o fizermos, estaremos definitivamente, distanciados dos reclamos de um povo sofrido e ao qual - por múltiplas circunstâncias - foi colocado sobre os ombros uma carga pesada, um autêntico castigo. Carga e castigo aqui entendidos os resultados de inúmeros desmandos administrativos e de gestão da coisa pública com os quais nós, em tempo algum, concordamos.

Inauguram-se novos tempos. A Nação está prenhe de esperanças. Uma nova ordem se avista no horizonte. As nuvens das indefinições e das ordens e contra-ordens absurdas começam a ser substituídas pelos benéficos influxos da realidade que Tancredo de Almeida Neves encarna.

Reconhecendo, mais uma vez, o papel preponderante exercido pelo Presidente João Figueiredo na consolidação da abertura democrática, somos também obrigados a reconhecer que frequentemente os auxiliares diretos de Sua Excelência não lhe foram leais.

Faltaram-lhe em lealdade na medida em que criaram todas as condições para o estabelecimento de um grande fosso entre a Nação e o Governo.

Ao saudarmos a Nova República que se avizinha o fazemos, ao mesmo tempo, certos de que ela não vai significar a abrupta alteração de todo um *"status quo"*. Um estado de coisas cujas raízes se bem fomos persegui-las, poderemos até localizar nos primórdios de nossa formação, nas deformações que herdamos de modelos que aqui se fizeram instalar, com o Brasil Colônia, ganharam novos e abomináveis contornos com a chegada da Família

Imperial, em 1808, e se ampliaram negativamente com o advento da República.

Esta saudação à Nova República que se vai instalando é, pois, fruto de reflexão, de quem tem a plena consciência que duas mãos caracterizam esta aurora de novos tempos: em primeiro lugar, o novo Governo herda o pesado ônus de reordenar um País não apenas endividado externa e internamente. Um País, sobretudo, com um grande ônus social, um débito social que será preciso resgatar urgentemente promovendo, com a sabedoria dos moderados, o dos autênticos democratas sociais - tal como o é Tancredo Neves - uma justa distribuição da riqueza, através da abertura de novas frentes de trabalho em que as distâncias de renda não continuem a ser fator de tensão social.

Esta aurora de novos tempos, a par dos fatores como dívidas interna e externa, acrescidos do ônus social hoje representado por toda uma massa de sub-empregados e desempregados, tem que ser vista igualmente pela ótica da moralidade pública.

Espera-se que a Nova República infunda na Nação esta confiança plena nos seus administradores, escolhendo homens não apenas probos mas sobretudo cidadãos acima de qualquer suspeita. Homens dos quais não se exige apenas honestidade no trato do dinheiro público, no encaminhamento dos interesses do País. Espera-se, agora, que sob os haustos da abertura democrática conquistada, os gestores deste País enquadram-se numa categoria toda especial de servidores da sociedade, guiados pela soberana vontade da Nação, colocando a razão e os valores morais acima de situações conjunturais, que, via de regra, no Brasil, têm servido para desculpar e encobrir mazelas e desmandos, em todos os tempos e em quase todos os Governos.

Nesta saudação à Nova República - sem passionalismos, distantes, todos, daqueles momentos empolgantes que envolveram o Brasil de Norte a Sul, no episódio da eleição presidencial - concedemos alguns segundos à nossa realidade imediata. Ao nosso mundo imediato, o Paraná e sua gente.

O Paraná espera, nesta Nova República para qual forneceu efetivo contributo, que tenha vez e voz. O Estatuto quer ser ouvido no concerto da Federação, fazendo valer seu peso específico. Não apenas o peso de grande produtor e exportador de grãos, responsável por substantiva participação em nossa balança de pagamentos.

Pede o Paraná, neste momento em que a Nova República começa a *"dar a luz"*, que sua gente, seus representantes, seus mais legítimos valores políticos e profissionais possam interferir no processo gerencial deste incommensurável desafio chamado Brasil.

Não se trata, aqui, de meramente defender teses paranistas, que às vezes soam tão desgastadas, e até p provincianas, ante ouvidos notoriamente interessados em alijar-nos dos momentos decisórios nacionais.

Pedimos, isto sim, que a sabedoria pacificadora de Tancredo Neves, estadista cujo nome está de há muito inscrito nas páginas de nossa História Pátria, volte-se para esta realidade que a todos os paranaenses dói: O Paraná tem sido sistematicamente postergado nos escalões gerenciais da Federação. Com isto, tem sido também lesado em suas oportunidades

de oferecer um contributo ao aperfeiçoamento da administração pública, lesando-se, consequentemente, o Brasil como um todo.

Pede o Paraná a oportunidade de, na Nova República, transferir uma parcela de seu conhecimento, de seu "know-how", de sua tradição administrativa. São afinal, valores - resultantes de espíritos singulares encarnados em seus oito milhões de homens e mulheres - que acabaram por gerar isto que somos: Um Estado gigante, de homens e mulheres que aqui trabalham diuturnamente - e em silêncio, como é próprio do Paranaense. Erguendo uma civilização ímpar, sem igual no contexto da Federação. E isto é o que basta, acreditamos, para termos vez e voz na Nova República. Pois, conforme nos lembra a máxima evangélica, "é pelos frutos que se conhece a árvore"

E a árvore Paraná, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é apenas frondosa e generosa como nos mostram sua gente e seu solo. Ela é, sobremaneira, sábia, adulta, madura e sequiosa por transferir um pouco de seu modelo. Um modelo que deu certo e que a Nova República não poderá olhar como uma mera reivindicação de cargos,

A Nova República, com a acuidade para o político e o administrativo, que tão bem define a personalidade de Tancredo Neves, acabará descobrindo esperamos em Deus, que a chamada Terra das Araucárias é, antes de grande geradora de riquezas materiais, um celeiro de cérebros e talentos privilegiados geradora de cidadãos acima de qualquer suspeita, um tipo muito especial de gente a que o Brasil não pode dispensar"

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Fim do Grande Expediente. No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O País assistiu hoje, pelas câmaras de televisão, a notícia da constituição do novo Ministério da República, a se empossar a partir de 15 de março. Mais do que a Nova República proclamada, o que se vê é a velha política da velha República. Estados produtores, como o Paraná, recebem apenas um Ministério e Estados que sempre fizeram a velha política "café com leite", assumem o maior número e os mais expressivos Ministérios.

Banqueiro, latifundiário, homens de todas as matizes político-ideológicas, estão a compor o Ministério daquele que disse que veio para mudar.

Lamentavelmente, o povo começa, antes mesmo da posse do novo Presidente da República, a desconfiar de suas propostas de mudança; pois que o seu Ministério, conservador, até reacionário, não tem as características de um Ministério de mudança.

O que vamos ver na República nos afigura um replay do que vemos nos Governos dos Estados onde o Paraná é exemplo marcante disso.

Os homens do PMDB comprometiam-se

com mudanças profundas na administração pública estadual e o que vemos hoje, Senhores Deputados, é o mesmo estímulo gasto da administração pública.

Nenhum programa, nenhuma obra nova, nenhuma filosofia diferente se implantou no Paraná com a posse dos pregoeiros da mudança.

Esqueceram-se das promessas dos palanques eleitorais e estão a fazer no Paraná um triste governo. Governo que não tem idéias próprias que não tem sequer autoridade política para exigir do Senhor Tancredo Neves uma participação ou uma retribuição pelo esforço que a gente do Paraná dá para o nosso País.

O Governo, Senhores Parlamentares, que mente, que discrimina, que odeia e que não faz um programa novo, que possa corresponder à idéia nas vésperas das eleições de mudanças.

Desafio qualquer Parlamentar a mostrar um programa novo do Governo Peemedebista no Paraná.

Os grandes programas em execução, grande segundo a versão deformada pelo Palácio Iguaçu, são todos eles programas herdados da administração pública anterior.

Seja no campo de eletrificação rural, onde já pude demonstrar aqui desta tribuna que este programa tido como maior programa do Governo Richa no biênio 83/84, levou menos ligações de eletricidade rural do que o Governo anterior no igual período.

Isto é, 81/82 o Governo do Estado levou novas ligações de energia rural na ordem de 28 mil novas ligações e o Governo Richa com os dólares, com os 10 milhões de dólares de empréstimos internacionais em 2 anos fez apenas 26 mil ligações.

Isto é, 2 mil ligações a menos que o Governo anterior.

Em quaisquer outros setores, que analisemos, seja no campo da habitação popular, onde o PMDB previa construir 90.000 casas até o final do seu governo, nos dois primeiros anos do seu mandato, não passa de um número inexpressivo de habitações populares, muito inferior ao programa executado pelo governo anterior.

Mais ainda, Senhores Parlamentares, este governo mente tanto, que não se peja de enviar à Assembléia Legislativa, de acordo com mandamento constitucional, uma Mensagem onde os números são falsos e mais do que falsos, demonstram, Senhores Parlamentares, que o Governo José Richa, não sabe sequer somar os números exatos para trazer um retrato da situação estadual a este Poder Legislativo.

Tenho em mãos, a Mensagem Governamental e como anexo à Mensagem do Governo do Estado, dando os números a respeito de diversas áreas do Governo Federal, nós temos alguns verdadeiros absurdos, pois que demonstram, não só a incúria administrativa, mas sobretudo que os homens do Governo Estadual não sabem sequer somar os números da estatística e acabam apresentando, pasmem Senhores Deputados, estatísticas falsas a este Poder Legislativo.

Tenho oportunidade depois de analisar número por número com os Parlamentares governistas, para mostrar ao povo do Paraná que a Mensagem apresentada pelo Governador é mentirosa, é

falsa e não corresponde à realidade dos próprios números expressos na Mensagem.

Antes porém, concedo o aparte ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Nobre Deputado Luiz Alberto.

A eletrificação rural, desenvolvida neste Governo, tem do governo passado o início da negociação para obtenção de recursos externos.

Essa é a única vinculação desse programa com o programa do governo passado, que realmente pretendia eletrificar.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa

Excelência está equivocando, começa o aparte equivocadamente, mas eu vou permitir que Vossa Excelência conclua o seu raciocínio.

O Sr. Mário Pereira - Continuando então no meu

equivoco, a pretensão desse empréstimo externo era que se eletrificasse 80.000 novas propriedades rurais, agora Vossa Excelência sabe, que quando este governo assumiu, possuía o Paraná 89.000 ligações - propriedade rurais eletrificadas e pretende este governo, eletrificar 120.000 novas propriedades rurais.

O que se apercebeu no início deste governo, é que mesmo com recursos externos não seria possível, mesmo tendo dinheiro, eletrificar as 80 mil novas propriedades rurais, que a COPEL, anteriormente pretendia. Porque o custo das ligações pelo sistema, em que fazia a eletrificação Rural, a COPEL, e que ainda pode ser diminuído o seu custo inviabilizava. Ou seja, as ligações mais fáceis de serem feitas e que inclusive inviabilizaram em região que Vossa Excelência é votado, como Capitão Leônidas Marques, das cooperativas de eletrificação Rural, porque as demais, face ao acesso às linhas tronco, a COPEL já havia sobrado agora, uma grande quantidade de propriedades rurais, de mais difícil acesso. E que se não houvesse uma modificação nos padrões construtivos, uma mudança de material, que foi passado cabo de alumínio, para cabo de aço, aumentando o vão entre postes; o descarregador de chifre, em vez do para-raios tipo válvula, o transformador de 3 KVA. em vez de tentar sempre fazer com que o agricultor assumisse o transformador de 10 KVA. Não fosse isso, e nós não teríamos conseguido decolar com o programa de eletrificação rural. Foram viabilizadas economicamente as cooperativas de eletrificação rural neste Governo, que estavam sendo inviabilizadas, a vossa, lá de Capitão Leônidas Marques, pelo Governo anterior, pela postura que a COPEL tinha, encarando as cooperativas como concorrentes. Ora, todas essas modificações, demoraram, até que pudesse ser lançado o programa de eletrificação rural. Mas posso informar a Vossa Excelência que somente na regional de Cascavel, já foram feitas 11 mil novas ligações, dentro desse programa, com o custo reduzido e que está tendo uma aceitação muito grande. Se não temos mais no Paraná hoje, dentro desse programa, é porque todas essas modificações, para que pudessem os agricultores, pagar as ligações, tiveram que ser feitas neste Governo. Portanto eu acredito, nobre Deputado Luiz Alberto, que nos chegaremos ao

final de Governo, com mais de 200 mil propriedades rurais do Paraná, eletrificadas, passando de uma posição de inferioridade dentro dos Estados do Sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para quase chegarmos na mesma proporção de propriedades rurais eletrificadas, com o Estado do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, nobre Deputado, se em 81 e 82, se fez mais e esses números eu não posso contestar, porque não tenho o número oficial aqui, ao meu alcance, posso lhe assegurar que será ultrapassado, em muito o número de propriedades rurais do Governo anterior, porque agora o processo esta em ritmo acelerado.

Muito obrigado.

O Sr. Ailton Cordeiro - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Na sequência, nobre Deputado.

Eu vou responder ao Deputado Mário Pereira, que não me honrou com a sua presença em Plenário, no discurso que fez ainda na semana passada, que já tive a oportunidade de responder a outro eminente Deputado governista, a respeito do mesmo assunto, Deputado Caíto Quintana.

Eu discordo de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência afirma que a única ligação que existe entre o programa em execução de eletrificação rural, é apenas o fato de o programa ter sido negociado, no Governo anterior. Vossa Excelência é Parlamentar; Vossa Excelência não desconhece a importância legislativa, na administração pública estadual. Pois que, diz a Constituição que apenas com uma lei desta Casa, autorizando a realização de um empréstimo internacional, é que é possível que se façam as negociações. Vossa Excelência, engenheiro como é, não desconhece também os estudos de viabilidade, exigidos pelo Banco Internacional de Financiamento, para que possa se viabilizar o programa. Ora, evidentemente, que este o aspecto mais demorado da negociação. E após uma lei desta Casa, é que o Governo do Estado pode negociar o empréstimo internacional; e nós aprovamos aqui na Assembléia Legislativa, na legislatura passada, onde Vossa Excelência não era Deputado, a lei que possibilitou o atual Governo, a buscar os recursos já negociados, já aprovados, após todos os estudos de viabilidade econômica, do programa de eletrificação rural no nosso Estado. E Vossa Excelência não precisa se valer dos meus números, para comparar a operosidade do atual Governo, com o Governo anterior; é só Vossa Excelência ler a Mensagem do Governador do Estado. O número que Vossa Excelência anuncia, de 120 mil novas ligações é o número que o Governador José Richa expressa, na sua Mensagem. Posso até citar as páginas, se Vossa Excelência quiser. As páginas 47 da Mensagem do Governador.

Ora, o que estranho é que o Governador pretenda fazer 120 mil novas ligações, quando em dois anos fez apenas 26 mil, isto é, fez menos que o Governo passado!

O Governo passado, e é bom que se diga, que duplicou os números de eletrificação rural,

no Estado do Paraná.

Por outro lado, as mudanças no programa de eletrificação rural, todas elas bem vindas, bem aceitas pela sociedade paranaense, são decorrentes do próprio estágio de desenvolvimento do Estado do Paraná. Nós não podemos obscurecer o fato de que no Paraná do passado, nós precisávamos construir Usinas, e as Usinas estão aí, agora, e precisa, a energia produzida pelas Usinas precisa ser consumida. E é evidente que o Governo do Estado deve possibilitar o acesso de eletrificação rural ao maior número de paranaenses, até para viabilizar a COPEL, pois que se não fizesse isso o Paraná que gastou muito na construção de Usinas, não teria condições de gastar a energia no próprio território estadual!

Por isto, o Paraná, que hoje não precisa mais investir em grandes Usinas deve investir realmente no setor de eletrificação rural! Mas, o que eu espero, nobre Deputado Mário Pereira, é que os números da COPEL sejam mais fidedignos do que os números da Mensagem Governamental! Vou mostrar a Vossa Excelência com a Mensagem na mão, e peço a Vossa Excelência que ouça o meu discurso, que não é um discurso de Oposição, mas é de alertamento ao Governo do Estado, não é possível, nobre Deputado, que o Governo do Estado mande a esta Casa, uma Mensagem em cumprimento ao que manda a Constituição, e que nesta Mensagem, nós possamos verificar erros até de soma de dados, nós vamos verificar, que no Estado do Paraná, no Governo José Richa, diminuíram as escolas, nobre Deputado, isto é, o número de estabelecimentos escolares, no Estado do Paraná, segundo dados da Mensagem do Governador, ao invés de crescer com as novas escolas que a FUNDEPAR diz estar construindo, pelos dados da Mensagem do Governador o número de estabelecimentos escolares diminuiu no Paraná. O número de alunos diminuiu no Paraná, se diminuiu o número de alunos por que construir novas salas de aula? São estes dados que precisam de uma reflexão crítica dos Parlamentares interessados com o desenvolvimento estadual!

Concedo o aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Luiz Alberto:

Dentre outras verdades que Vossa Excelência menciona no seu pronunciamento eu acho importante destacar o aspecto que Vossa Excelência denuncia que é consubstanciado na falta de inovações do Governo atual.

Na verdade, o que se percebe é a continuidade dos programas governamentais iniciados no Governo anterior.

Vossa Excelência mencionou a eletrificação rural e eu invoco, outros dois programas que estão servindo como trincheira eleitoral, inclusive do PMDB, no Paraná, o Pró-Rural, que foi um programa concebido há alguns anos com o objetivo de atender a esta região mais carente do Sul do Estado e que hoje, tem a sua continuidade no atual Governo paranaense, e em prosa e em verso e no que seja possível, o Governo do Estado tem cantado as vantagens do Pró-Rural e particularmente, dentro de seus tipos de atuação dentro dos municípios, o PMDB tem procurado se vangloriar muito do PRÓ-RURAL. Não é novidade alguma. É um programa antigo do Paraná. O programa de assistência aos Municípios...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Permite-me

dialogar com Vossa Excelência?

O PRÓ-RURAL, inclusive, em desenvolvimento no primeiro estágio no Governo anterior, deixou recursos em dólares para que este Governo aplicasse, isto é, da dívida externa que Governo JOSÉ RICHÁ recebeu, deve ser deduzida uma vultuosa soma com relação a encaixe do programa PRÓ-RURAL.

O Sr. Airton Cordeiro — É verdade. E mais ainda, com recursos destinados todos para execução de inúmeros projetos que foram encaminhados pelos Prefeitos que antecederam aos atuais dos municípios de atuação do PRÓ-RURAL. Vou dar dois exemplos a Vossa Excelência: Ainda agora, no final de semana, visitando dois municípios que são alcançados pelo PRÓ-RURAL se percebe a ação do Governo em obras que foram reivindicadas, com projetos encaminhados pelos Prefeitos anteriores.

Mas, há um outro programa que não configura nenhuma inovação no Governo reformista que se pretendeu implantar no Estado do Paraná: o PRAM — Programa de Assistência aos Municípios, que nada mais é do que a continuidade do que vinha fazendo a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, que foi extinta pelo atual Governo.

Mas, o atual Governo não abriu mão de todo dinheiro negociado por essa Secretaria com o Banco Mundial, e, possivelmente, com outras instituições internacionais, que, hoje, faz a distribuição desse dinheiro como se sua fora a idéia de criar um programa de assistência aos municípios, exatamente numa hora em que o Paraná começava a se preocupar com o desemprego avassalador neste Estado, e quando nós defendíamos — nós todos aqui nesta Assembléia Legislativa — a fixação das famílias no interior, para evitar as correntes migratórias que acabavam por desembocar aqui em Curitiba, aumentando as favelas, aumentando o número de desempregados e, conseqüentemente, aumentando o caos social aqui na Capital paranaense.

Mas eu menciono a questão do desemprego, vê Vossa Excelência, e, quem sabe, eu abra uma clareira a mais no pronunciamento de Vossa Excelência, para que possa discorrer sobre uma questão crucial no Paraná e no Brasil nos dias de hoje: o que é que o Governo do Estado fez para abrigar os 300 mil desempregados do nosso Paraná?

Quais foram as frentes de trabalho efetivamente criadas para que estes 300 mil desempregados fossem absorvidos pelo mercado de trabalho aqui no Paraná? Não em cima só do que faz a iniciativa privada paranaense, mas, sobretudo, em cima de uma proposta governamental, o que não aconteceu até o momento.

E eu não vou esquecer jamais, Deputado Luiz Alberto, de uma afirmação que fez, em certa ocasião, o ex-Chefe da Casa Civil do Governo José Richa, hoje Secretário do Planejamento, que, perplexo e abismado de tantos desempregados, 300 mil, teve o desplante de dizer, através dos meios de comunicação do Paraná, que o Governo do Estado já estava resolvendo esse problema, e acabava de criar 300 vagas, abrigando 300 desempregados.

Então, este Governo, ainda deve lugar para 299.700 desempregados. Isto se a estatística não modificou estes números. Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e, realmente, é como o Deputado Airton Cordeiro afirma; o PRAN, a única inovação existente no PRAN é que mudou de nome. Era um programa de apoio a pequenos e a grandes municípios,

feito com o nosso esforço, com o nosso pedido, com a reivindicação dos homens que estavam com a responsabilidade de governar este Estado na administração passada. Conseguimos fazer um programa modelar para a Nação brasileira, e até para o 3º Mundo.

E qual é a inovação do PMDB? qual é a mudança? qual é a reforma? Mudou o nome do programa, mas as obras, aos Municípios a serem atendidos, foram exatamente aquelas solicitadas pelo governo passado.

O Sr. Airton Cordeiro - Permite-me um aparte? (Assentimento).

Eu vou acrescentar. Deputado Luiz Alberto, mais uma mudança: nas obras que estavam sendo encaminhadas já no Governo anterior, quando houve a troca de Governo, o Governo do PMDB mudou mais, sim, mudou as placas, as placas das obras.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência lembrou bem; mudou as placas. O Governador José Richa mandou tirar uma placa do Hosken de Novaes, de um Centro Social, e colocou uma placa sua. Mudou realmente. me perdoe. eu falei com a verdade; mudou as placas. Este é o Governo da mudança.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Excelência está discorrendo, e eu queria aproveitar para palidamente dar um aparte, nobre Deputado. Dizia eu, que mudaram as coleiras, a cachorrada é a mesma.

Então nós temos que dar os parabéns a Minas Gerais: cinco Ministérios. Montoro, Deputado Luiz Alberto, quatro Ministérios; os homens da Bahia, do Nordeste, três Ministérios. e o Paraná, nada. Zero à deriva; por quê? O Ministério do Transporte. Deputado Luiz Alberto, não pertence ao Paraná. Pertence ao aconchavo dos homens que barganham. pertence ao aconchavo porque o Paraná pelo menos pertenceria, Deputado Luiz Alberto, com a força total do Governador José Richa, pelo menos o Ministério da Casa Civil.

Diz muito bem, Vossa Excelência enquanto tiverem homens como Vossa Excelência na trincheira da democracia. a dizer a verdade para o povo. Como dizia Odorico Paraguaçu, embora, a imprensa não divulga o que nós falamos, mas é uma vergonha, é uma calamidade pública. Deputado, um Governador não ter força para indicar o Ministro. O Paraná, o Estado celeiro do Brasil, não teve condições, para vergonha nossa, e faremos como o avestruz, botaremos a cabeça na areia...

O SR. PRESIDENTE - (Adhail Sprenger Passos) - Esta presidência concede ao orador que está na tribuna, mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Gabriel Manoel - Se Vossa Excelência me deixar, eu concluo o meu aparte.

Botaremos, de vergonha, a cabeça enterrada na areia; porque dizia um compadre meu: "É uma escalamidade pública"

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência que conseguiu retratar com brilho, um aspecto muito sério do Paraná de hoje. Já ficou demonstrado, que o Governo, não é o Governo da mudança. o Governo de José Richa. É o Governo da farsa da mudança. É o Governo que muda a placa, que muda a placa que muda o nome, mas que não muda a filosofia, não muda

o estilo e não resolve o problema paranaense.

Lamentavelmente ele nem conseguiu mudar o estágio de coisas para que o Paraná tivesse a importância reconhecida no cenário nacional. Falta ao Governador José Richa, as condições de liderança política e administrativa, seja para efetuar as mudanças que prometeu, seja para responder ao apelo paranista de que nós sejamos efetivamente ouvidos no contexto da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE - (Adhail Sprenger Passos) Esta Presidência consulta à Liderança do PMDB se fará uso da palavra no horário que lhe compete.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Por 15 minutos. a Deputada Amélia Hruschka, por 5 minutos, o Deputado Rubens Bueno e os dez minutos restantes, pelo Deputado Caio Quintana.

O SR. PRESIDENTE - (Adhail Sprenger Passos) Com a palavra, a Sra. Deputada Amélia Hruschka.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Um jornal local estampa em manchete na edição de hoje a seguinte notícia: "Caixinha do bicho para fazer campanha". E na página nº 5, "... conhecimento que a Deputada Amélia Hruschka, PMDB, estava tentando marcar uma audiência com Secretário de Segurança, Felipe Haj Mussi, para o banqueiro de Londrina, Jacy Scaff ..."

Senhores Deputados, as afirmações e deduções apresentadas pelo jornal em questão são, em parte, inverídicas, como veremos a seguir. Antes, porém, quero abrir um parêntese para esclarecer que sou totalmente favorável à mais ampla liberdade de imprensa, mesmo em casos como este porque favorecem o debate e a elucidação dos fatos.

A forma como a matéria foi redigida é clara em alguns pontos e distorcida em outros, exemplos: quando o jornal afirma que eu teria feito uma proposta ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de que "ou esses banqueiros colaboram com a "caixinha", e com as entidades assistenciais, ou a Secretaria de Segurança Pública passaria a combater dois dos principais banqueiros curitibanos é inverídica. Em primeiro lugar não sou porta-voz ou defensora dessa ou daquela organização, desse ou daquele banqueiro. Sou defensora, sim, dos meus eleitores e do povo que represento. Por isso, não tenho ao menos conhecimento dos nomes das pessoas envolvidas com o jogo do bicho em nenhuma cidade do Estado. Também a afirmação de que eu estaria tentando fazer uma "caixinha" para me reeleger ou para a campanha do Excelentíssimo Secretário de Segurança Pública, Felipe Haj Mussi, são infundadas.

Qualquer pessoa pode constatar, através da relação de minhas posses e propriedades, que não dependo de "caixinha" para me reeleger. Fui eleita com votação expressiva e tenho condições de ser reeleita quantas vezes desejar porque tenho o apoio do povo da minha região: dezenas de milhares de eleitores que me conhecem, conhecem meu passado de luta em defesa dos menos favorecidos, principalmente na assistência social, onde construí e colaborei com diversas entidades beneficentes e filantrópicas, sempre em favor dos mais humildes, dos mais carentes, dos velhos desamparados, das crianças abandonadas e famintas. Que outra razão, Senhores Deputados, me traria ao convívio de tão nobres pares, senão a confiança e a esperança do povo que convivo e represento?

O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de

Segurança, Luiz Felipe Haj Mussi, é pessoa da mais alta confiança e desempenha suas funções com invejável competência e honestidade. Um procedimento até então inédito nos governos anteriores. Todos nós sabemos, Senhores Deputados, que o Senhor Luiz Felipe Haj Mussi tem todas as condições de se eleger deputado estadual ou federal, ou qualquer outro cargo que desejar disputar, porque sua competência e probidade garantem-lhe o respeito e a admiração pública. O trabalho exemplar que ele leva a efeito no combate ao crime é reconhecido, inclusive, a nível nacional. E esse trabalho meritório é a maior garantia que pode existir no sentido de colocá-lo acima de acusações como essas.

Tenho certeza, Senhores Deputados, que o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública jamais compactuaria com esse tipo de apoio ou qualquer outro que ferisse a legislação em vigor e os preceitos éticos e morais que marcam e dignificam sua vida pública.

Aparentemente, o teor da matéria em questão serviu para especulações infelizes, dentre as quais atribuo o trabalho de meus opositores em desmerecer nossos esforços para minorar o sofrimento daqueles que nos procuram em busca de auxílio. Talvez a própria preocupação quanto à minha reeleição tenha sido determinante.

Como frisei anteriormente, a liberdade de imprensa é uma bandeira de luta justa e inegável. O papel da imprensa, de todos os jornais e órgãos informativos, é de extrema importância na informação e conseqüente formação política e cultural do nosso povo. Por tudo isso, Senhores Deputados, em nenhum momento crítico o jornal que estampou em suas páginas as notícias em questão; ao contrário, parabenizá-lo por trazer a público matéria tão polêmica quanto esta, descartando eventuais excessos ou interpretações errôneas que tenho o direito de esclarecer, como o faço agora. Nesse sentido, coloco-me à disposição de todos para debater esta questão, e aproveito a oportunidade para expor meus pensamentos a respeito do estado de calamidade em que se encontra a nossa assistência social e o papel do jogo do bicho neste contexto.

Senhores Deputados, por diversos motivos existe um temor muito grande em determinados setores da nossa sociedade em discutir aberta e francamente o papel do jogo do bicho. Seja por inibição, desconhecimento da dura realidade em que vivemos, ou por questões de ordem ideológicas que não discuto e respeito. Entretanto, esses motivos são suficientes para que essas pessoas se neguem ao debate, mas não são suficientes para esconder o dia-a-dia sofrido de milhares de brasileiros que encontram no jogo do bicho uma fonte de rendas e sobrevivência.

As entidades assistenciais do nosso Estado e do nosso País não tem recursos financeiros para atender os marginalizados, os desvalidos. Os Governos Federal e Estadual não tem recursos financeiros para atender adequadamente, dentro de suas reais necessidades, os asilos, os orfanatos, as creches, os albergues, os hospitais, os centros de recuperações; enfim, a maioria das entidades assistenciais.

É fato de domínio público que a situação deficitária das entidades assistenciais, que funcionam mais em função da bondade e humanismo de seus funcionários do que propriamente da viabilização econômica. E nesse caso, precisamos lembrar os escândalos financeiros ocorridos durante a gestão do último Governo Federal, onde vultuosas quantias de dinheiro foram roubadas, que seriam suficientes para matar a fome do nosso povo, mas que foram

desviadas para contar numeradas na Suíça dos protegidos pelo Governo Federal. É preciso lembrar as milhares de injustiças praticadas contra nosso País, contra o nosso Estado, no repasse de verbas, na destinação injusta de verbas para privilegiar setores apadrinhados pelo Governo Federal, em detrimento da educação, da tão carente assistência social. Poderíamos, Senhores Deputados, ficar dias e dias lembrando esta ou aquela falcatura do Governo Federal praticada contra os interesses e as condições de vida do nosso povo, mas tudo isso, embora sua validade em chegar ao conhecimento da opinião pública, não tem caráter saneador imediato para a fome e o desemprego que assolam nosso País.

O jogo do bicho presta uma grande colaboração à nossa sociedade através da criação de milhares de empregos ou subempregos. Milhares e milhares de famílias carentes não estão à míngua porque existe o jogo do bicho como alternativa de emprego.

Nas prisões e penitenciárias existentes, é revelador que a maior parte dos detentos seja condenada por crimes contra o patrimônio. Portanto, o jogo do bicho, através dos empregos que gera, é fatos até mesmo de paz social nessa estrutura injusta em que vivemos.

O Fundo Monetário Internacional é uma imoralidade, mas não o jogo do bicho, porque o FMI condena o País à miséria e ao desemprego, enquanto o jogo do bicho cria empregos e esperanças para os mais carentes, que não têm condições sequer para apostar nos jogos oficializados.

E eu pergunto, Senhores Deputados, qual a diferença entre a loteria e o jogo do bicho? Qual a diferença entre os jogos oficializados existentes e o jogo do bicho, senão a centralização do dinheiro por setores do Governo Federal? Quem é o maior beneficiário do jogo legalizado senão o próprio Governo Federal? A questão principal, portanto, é de captação de recursos e não ética ou moral, como alguns defensores dos jogos institucionalizados pretendem fazer crer.

Esse assunto, por mais polêmico que seja, existe e precisa ser enfrentado. Precisamos deixar de lado nosso receio em nos envolver em questões polêmicas porque o silêncio em nada nos beneficia, porque impede o livre debate.

Quero lembrar a matéria publicada no jornal Correio de Notícias de hoje, página 2, citando exemplo da convivência pacífica entre banqueiros e setores da repressão no Rio de Janeiro, onde haveria um acordo onde é permitido a existência do jogo do bicho, em troca do apoio financeiro às entidades assistenciais. Quero lembrar também matéria publicada no jornal "Tribuna do Paraná", de hoje, informando que na cidade de Nova Esperança os banqueiros colaboram com a Associação de Proteção à Maternidade e Infância.

Senhores Deputados, diante da construção de que o Estado e a União não têm condições financeiras para financiar condignamente a assistência social, eu acredito que uma forma racional de amenizar este problema é reconhecer a utilidade e a necessidade — ressaltando as atuais circunstâncias de crise que o País atravessa — de permitir o funcionamento, na forma como vem ocorrendo, do jogo do bicho.

Eu entendo que algumas pessoas podem discordar desse meu ponto de vista, seja por questões de fórum íntimo ou porque se encontram gozando de boa situação financeira. Mas quero fazer um

apelo a essas pessoas para que procurem compreender a situação dos milhares de marginalizados pela nossa sociedade competitiva, que procurem compreender a situação terrível desses milhares de brasileiros desempregados, para ver se, mudando de perspectiva, sejam levados a reconhecer que a assistência social necessita urgentemente de recursos para trabalhar o máximo de sua capacidade; que os menores carentes precisam ser melhores assistidos; que os velhinhos dos asilos precisam ser mais tratados; que o desemprego precisa diminuir; que a fome precisa ser eliminada da vida nacional porque ele é a grande mágoa do povo brasileiro, a grande chaga que infelicitiza a Nação.

E se minhas palavras, se os motivos e razões aqui apresentadas, não são suficientes para sensibilizar aqueles que têm o poder e o direito de legislar sobre a questão, eu gostaria de pedir a essas pessoas que antes de formarem uma decisão, procurassem ouvir aqueles milhares de brasileiros que citei anteriormente, que trabalham no jogo do bicho. Ouvir os seus familiares cujas sobrevivências dependem desse emprego. Porque não basta proibir essa atividade, é necessário garantir emprego a essas pessoas, como manda a Constituição. Garantir segurança para as dezenas de milhares de familiares dessas pessoas. É necessário, como manda a Constituição Federal, garantir moradia, emprego e saúde ao povo. E uma vez que isso não acontece. Uma vez que nem o Governo Federal cumpre a lei maior do País, que é a Constituição, é imperativo reconhecer a importância do funcionamento adequado da assistência social, que existe em nosso Estado, em nosso País, deixando em aberta essa questão para que todas as alternativas de socorro a essas entidades, inclusive o jogo do bicho, sejam discutidas e analisadas por toda a sociedade".

Obrigada.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

Eu quero parabenizar Vossa Excelência, da sua integridade moral, da condição digna que Vossa Excelência tem em seu mandato, que lhe foi, democraticamente, outorgado pelo povo de sua região.

Mas, nobre Deputado, instituímos aqui nesta Assembléia no ano de 1984, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a situação do Jogo do Bicho no Paraná. E tivemos a oportunidade em uma viagem que fizemos ao nordeste do Brasil, de verificar como é que se convive com o Jogo do Bicho naquela região. E, para surpresa nossa, nobre Deputada, as autoridades estaduais dos Estados do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, estabeleceram uma convivência pacífica entre banqueiros do Jogo do Bicho e autoridades de Segurança Pública. E, em contrapartida, os banqueiros do jogo do bicho, davam uma gorda contribuição para as obras assistenciais daquele Estado. E nós por curiosidade, tivemos a oportunidade de observar e de visitar uma das maiores obras assistenciais que eu já tive oportunidade de conhecer, no Estado do Ceará, exclusivamente mantida com recursos advindos do jogo do bicho.

Aquela entidade, nobre Deputada, apanha nas ruas as crianças carentes na primeira fase de sua infância e entrega à sociedade, devidamente educada

e profissionalizada. Lá não existe a corrupção policial, o achatamento da polícia, pelo contrário, a polícia tem o compromisso de proteger os que jogam e os que bancam. E, em contrapartida, os que jogam e os que bancam estão contribuindo para minorar um dos graves problemas que existe neste País, que é o problema social.

Portanto, eu acho, que se as nossas autoridades, encarecem com seriedade, o problema do jogo do Bicho, nós não teríamos por trás dele, o tráfico de entorpecentes, o lenocídio, o uso de drogas. Nós teríamos, sim, o jogo do bicho, exclusivamente, sendo explorado em benefício da sociedade.

Quero parabenizar Vossa Excelência porque sei da sua sensibilidade no trato com os problemas sociais do Paraná e do Brasil, porque tive a oportunidade de acompanhar por diversas vezes manifestações sentimentais de Vossa Excelência, principalmente quando se trata da população mais carente de nosso Estado.

Muito obrigado.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA — Eu agradeço o seu aparte, nobre Deputado.
Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Lê):

"A saúde e o bem-estar social da população têm sido dois objetivos perseguidos tenazmente, desde o início do Governo José Richa, principalmente no que diz respeito ao primeiro. Quando, ainda em campanha, o PMDB propugnava em praça pública, pela disseminação dos serviços de saúde em todo o Estado, seja pela introdução de tecnologias mais avançadas, seja, especialmente, através de uma política de interiorização cada vez maior, talvez, aos olhos mais incrédulos parece mera demagogia de acaloradas e eleitoreiras alocuções públicas, destinadas a grangear as simpatias populares.

Porém, quem assim pensou enganou-se, e está aí a realidade incontestável, através da materialização daquelas palavras: centenas de centros e postos de saúde foram construídos nos municípios e distritos paranaenses; alguns dos postos já existentes foram reequipados; maiores e mais diversificadas cotas de remédios estão sendo liberadas para estes centros de saúde; e um contingente humano especializado e destinado a fazer funcionar cada um destes polos sanitários foi contratado pelo Estado.

A municipalização e interiorização progressiva dos serviços de atenção primária à saúde, prioridade do Governo José Richa, pois no interior estavam concentradas as grandes problemáticas do setor, bem demonstram o ênfase que ali vem sendo imprimido, para que a população venha a ter o necessário desenvolvendo, já que sem saúde não há população que progrida. Neste sentido, têm sido notórias as transferências de recursos às municipalidades mais deficientes, tendo a própria população participado ativamente na elaboração e no controle das execuções de obras sanitárias. Com relação à colaboração da comunidade, vou transcrever algumas palavras que não são minhas, nem do Governador; são do Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde, órgão intimamente

ligado à ONU, que em palestra proferida em Nova Delhi no ano passado, ao se referir à premência de melhoria dos padrões de saúde em todo o mundo, fez questão de ressaltar que este problema não é responsabilidade específica dos governos, pois "os indivíduos e as comunidades têm o direito e o dever de participarem ativamente nas ações destinadas a conservar a saúde". No Brasil, há vários anos que as autoridades seguem comodamente estes princípios, e levando-os às últimas conseqüências, deixando esta responsabilidade somente nas mãos da população, e desembaraçando-se de qualquer atividade que venha sanear a sanar os serviços de atendimento médico, que reclamam por uma ação dirigida somente aos fins a que se propõe; este é, por exemplo, o caso do INAMPS.

No Governo paranaense pós-82, pudemos verificar que as palavras do Diretor da OMS não foram lançadas ao vento e que ainda há governos que se preocupam com o setor de saúde, e na participação comunitária dentro deste contexto.

Há, porém, um reparo a fazer, muito embora o evidente esforço que está sendo desenvolvido pelas autoridades para melhorar as condições de saúde no Estado. Este é o motivo principal da minha subida à tribuna desta Casa: trata-se dos salários extremamente mínguados que recebem os funcionários lotados nos Centros e Postos de Saúde espalhados por todo o território do Paraná. Pessoas que diariamente estão em contato com os mais diversos tipos de doenças infecto-contagiosas, e que denodamente e com carinho vão levando adiante o seu trabalho, praticamente carregando nos ombros todo o programa de municipalização e interiorização do atendimento de saúde, promovido pela Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social.

Se o atendimento médico no Paraná vem progredindo, são estas pessoas, sem sombra de dúvida, os heróis desconhecidos deste desenvolvimento. E o que está tornando mais heróica esta labuta é que, aliado ao perigo vivenciado diariamente pelo funcionário do Centro Médico ao expor a sua saúde veio somar-se outro encargo: o êxodo rural, que encaminha para as áreas urbanas um cada vez maior contingente de pessoas, carentes, que nestes polos médicos buscam o auxílio indispensável para males, advindos muitas vezes da fraca resistência, decorrente de uma alimentação escassa.

E o caso é mais dramático ainda, quando tomamos consciência de que há casos de funcionários (melhor remunerados!!!), com 16 anos de serviços prestados à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, possuidores de curso de nível superior e ganhando a mínguada quantia de Cr\$ 260.000.

Este é o caso de diversas pessoas, entre Agentes de Saúde, Escriturários e Serventes lotados no 11.º Distrito Sanitário, Centro de Saúde II, com sede no Município de Ubatã, os quais me enviaram, anexando uma carta contendo sua justa reivindicação, cópias dos seus contra-cheques provenientes da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, que atestam claramente o que aqui estou afirmando.

Este é um alerta que aqui quero fazer às autoridades competentes, salientando que deste modo vai ficando gradativamente mais difícil dar sustentação ao excelente trabalho que tem sido desenvolvido, sob risco de ter sido em vão todo o esforço deste setor.

Todos não temos amplo conhecimento

dos benefícios que a classe dos funcionários públicos vem recebendo no Governo Democrático José Richa, quando diversas e antigas reivindicações foram atendidas, tais como:

13.º Salário e

Reajuste Semestral.

Porém, também faz parte integrante do Plano de Governo da atual administração, a redução das disparidades de tratamento entre as diferentes organizações direta ou indiretamente pertencentes ao Poder Público, para evitar a perpetuação de situações de desigualdade e discriminação. Este o ponto fulcral desta reivindicação, que tenho a certeza é de todos os funcionários que prestam serviços nos inúmeros centros de saúde do Paraná e para o qual solicito urgente solução. Informo à Plenária de que estou encaminhando cópias deste pronunciamento ao Excelentíssimo Sr. Governador e ao Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, para que mais rapidamente tomem ciência do teor desta postulação".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos)

Concedo-lhe um minuto para terminar o seu pronunciamento.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, solicito que considere todo lido o nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Está aprovada a solicitação de Vossa Excelência.

Com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana por 10 minutos.

O SR. CAITO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de me parabenizar com a Deputada Amélia Hruschka que na tarde de hoje esclarece a esta Casa notas da imprensa que tentam disvirtuar a sua própria participação política reconhecida, tida e havida por todos nós como dedicada em favor das entidades sociais daqueles menos favorecidos de nosso Estado.

Segundo plano, gostaria de dizer ao Líder da Bancada do PDS que nós estaremos a partir de amanhã discutindo o Plano de Eletrificação Rural do Governo Richa; discutindo as inovações do Governo Richa; discutindo os projetos, as realizações que saíram do papel para partir ao campo da prática; as inovações desse Governo que tem tido durante dois anos de mandato em toda convulsão política por que passa o Brasil, sendo crescente a sua popularidade e a sua credibilidade no povo paranaense, exatamente, por ter inaugurado, talvez, a maior obra que um Governo poderia inaugurar que é exatamente deixar de fazer obras desnecessárias, faraônicas, dispensáveis, para construir a obra maior que o Paraná e o Brasil exigem, que é a obra de recue recuperação dos menos favorecidos, dos mais sofridos da população mais carente.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Tão somente nobre Deputado para observar e parabenizar o grande espírito de observação que tem o nobre Líder do PDS, porque só conseguiu observar que houve mudanças de placas apenas.

Já foi uma grande mudança porque em placas personalizadas foram colocadas placas de um governo sério.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço o aparte.

Querida também Srs. Deputados que me escusem se houver impossibilidade de conceder novos apartes.

Querida neste momento saudar o anúncio da formação do Bloco Parlamentar do Partido da Frente Liberal nesta Casa.

Saudamos os companheiros, porque no exercício da democracia, na pregação democrática que se espera para o País, espera-se também o pluripartidarismo e esta Casa inaugura no dia de hoje, de fato o pluripartidarismo com a formação de um bloco parlamentar.

Hoje, desfalcando as fileiras do PDS, amanhã, quiçá, levando alguns companheiros nossos do PMDB, mas formando um partido; um partido com autoridade moral dos seus componentes; um partido formado por parlamentares sérios; um partido formado, sem dúvida alguma, com a intenção de colaborar com essa Nova República que se avizinha; um partido que por certo haverá de honrar os mandamentos, a doutrina, o estatuto deste partido novo; que surge no Brasil, exatamente no instante do surgimento da Nova República e Deus permita, que a própria legislação eleitoral desta Nação, permita o surgimento de outros e outros partidos, para que todos nós brasileiros mais participantes da política, possamos de acordo com os nossos princípios e os nossos ideais, cumprir com o mandamento maior da postulação pública que é bem representarmos a comunidade que nos honra com o seu voto, para dar-nos o mandato.

No entanto, teria que nesse dia, em que reservaria esses minutos que me foram cedidos, para parabenizar a formação deste grupo parlamentar, necessariamente de efetuar algumas colocações feitas neste Plenário e para empanar aquilo que deveria ser apenas um pronunciamento de saudação a um novo partido que aqui adentra; refutar a colocação feita neste Plenário pelos membros do Partido da Frente Liberal, com respeito à questão de área de segurança nacional e se me permitem companheiros, não façam dessa bandeira que não é sua, não entrem nesta jogada das quais os nobres Deputados pouco conhecem, porque pela relação dos próprios membros que compõem o Partido da Frente Liberal, nenhum tem participação política nos Municípios da Área de Segurança Nacional, e nós que lá convivemos, os companheiros do PMDB que lá convivem, os diretórios, os eleitores, os simpatizantes, os Deputados, que lá convivem há 20 anos, sabem perfeitamente da vontade da população daqueles municípios em extinguir o resquício de arbítrio que permanece na colocação de Prefeito nomeados, que não correspondem à vontade popular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui no Paraná, principalmente, que nos cabe defender a bandeira de que o PMDB tem a participação maior nos municípios de Área de Segurança Nacional, nós daríamos um só caso, para justificar o nosso direito de pleitearmos a substituição dos atuais Prefeitos, irrefutável porque, baseado no resultado das urnas das últimas eleições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores que estão nesta Casa, talvez poucos saibam, talvez muitos ignorem, mas nos municípios de área de segurança nacional, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, foi majoritário em todos eles, em todos eles, nos onze que compõem fronteira do Paraná e isso nos outorga o direito de falarmos e nome daqueles eleitores do

PMDB que confiando nas diretrizes sérias, honestas, renovadoras do Governador José Richa, nos credencia a falar por eles, vedando o fim, o resquício do arbítrio, da prepotência dos Prefeitos que foram nomeados sem ouvir a vontade da população.

Estamos lutando, Srs. Deputados, durante muitos anos por eleições diretas nesses Municípios.

Queremos a eleição direta nesses municípios. Lutamos por ela muitos anos. Calejados estamos nessa luta; chegamos a ela em setembro. Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Podem muitos dos senhores acharem que seja vontade nossa pura e simplesmente. Nós queremos, Srs. Deputados, que a máquina administrativa das Prefeituras não seja usada indevidamente, na próxima eleição. E se respeito e se trouxe aqui o meu voto de apreço, de solidariedade, e de saudação, aos integrantes da Frente Liberal, que estão saindo do seu Partido, entrando para um outro, sem nada negociar, arriscando a sua própria eleição futura; se acho isso nobre, se acho isso válido em política, se saúdo esta atitude, não posso concordar. Srs. Deputados, que a pura e simples troca de legenda, seja feita com interesses único e exclusivo, de se manterem os atuais Prefeitos, nos cargos para os quais foram nomeados.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA — Está inscrito para falar o Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Gostaria de parabenizá-lo pelo seu posicionamento firme, que representa muito bem, o desejo de toda a população do Oeste e Sudoeste do Paraná, tantos anos submetido ao regime do arbítrio das Áreas de Segurança Nacional. E realmente Vossa Excelência tem razão. Eu sinto pena. Sinto pena mesmo, do Partido que quer ressurgir em cima daqueles prefeitos nomeados, tão abominados pela população, caracterizados os vestígios do arbítrio, do autoritarismo.

O Partido quer se valer desses prefeitos, ou dar continuidade a esses prefeitos, já nasce praticamente aliado no Oeste do Paraná.

É um mau negócio, nobre Deputado. É um mau negócio. Como também acho que é um mau negócio apostar no que já foi derrotado em 82, como o Sr. Neu Braga. Assim também é um mau negócio, querer apostar, construir um partido em cima de um voto-raspa, que está lá há 20 anos, pedindo quase uso-capião do município. Apostar em Santa Helena...

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa informa ao orador que seu tempo está esgotado e lhe concede um minuto para conclusão.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu gostaria e peço escusas ao Deputado Tércio Albuquerque.

Mas, como citei o Partido da Frente Liberal, eu gostaria de ceder este minuto final para o

Deputado Gilberto Carvalho, que faz parte deste novo bloco aqui na Casa.

O Sr. Gilberto Carvalho — Eu agradeço a atenção de Vossa Excelência, nobre Deputado, e agradeço as suas palavras, o conceito que faz dos Deputados que compõem a Frente Liberal.

Com referência à Área de Segurança, nobre Deputado, é uma pena que é apenas um minuto que Vossa Excelência nos cede, para dizer que somos favoráveis ao fim do arbítrio e por isso nós queremos que haja eleições o quanto antes. Foi mais coerente o Deputado Borges da Silveira, quando disse que é contra a substituição dos Prefeitos, mas que tira os Prefeitos e ficam os Presidentes de Câmara. Mas eu não chego a tanto.

Nós estamos há seis meses das eleições. Substituir um prefeito agora é um transtorno para os municípios: funcionários seriam dispensados, e os recém-admitidos não saberiam se após as eleições permaneceriam no cargo.

Então, é esta a minha preocupação como Deputado do Paraná; sem nenhum interesse eleitoreiro na Área de Segurança.

Sabe Vossa Excelência que não faço política naquela região. Mas todos nós temos interesse no Paraná, como um todo, em zelar pelo bem da comunidade. Por isso, eu acho que o PMDB, que sempre combateu a nomeação dos biônicos, não pode incorrer no erro, nesses poucos meses, e simplesmente substituir um biónico por outro. Vamos agüentar para que haja eleição o quanto antes e pelo poderio que tem o PMDB naquela região, que venceu, como Vossa Excelência diz, em todos os municípios, então, tranquilamente, vai vencer as eleições e colocar o seu prefeito, sem a necessidade de nomear um novo prefeito para ir fazer política naquela região.

Muito obrigado, nobre Deputado.

Agradeço, mais uma vez, em nome da Frente Liberal, as palavras de Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Augusto Carneiro, e subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando que na qualidade de fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL), passam, a partir desta data, a constituir a Bancada do referido Partido nesta Assembléia Legislativa. O presente requerimento foi protocolado sob o número 1604, com data de hoje, do Protocolo Geral da Casa. — Recebo; publique-se. Ao Sr. 1.º Secretário, para as devidas providências.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/84, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Jornalista SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO DOS ENCARCERADOS — AARE”, com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192/80, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria o Município de São José, desmembrado do Município de Santa Helena, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

PROJETO DE LEI N.º 192/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de São José, desmembrado do Município de Santa Helena, com as seguintes divisas:

“Começa no Arroio Boas Novas, onde o mesmo atravessa a divisa sul da Fazenda Britânia, por esta referida divisa rumo oeste-leste até o Rio São Francisco Verdadeiro, subindo pelo mesmo até o Rio Santa Quitéria, por este acima até foz do Arroio Água Muda, por este acima até a sua nascente, ligando-se a Água Derbal, por esta segue-se rumo ao Sul até o Rio São Francisco Falso — braço norte — por este abaixo até a foz do córrego Serrinha, por este acima até sua nascente, dali em diante em linha seca até a nascente do arroio Boas Novas e por este até a divisa sul da Fazenda Britânia, ponto de partida.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1980

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

É este projeto de lei a concretização das aspirações de um povo que de há muito tempo batalha, insistentemente, no sentido da emancipação política do Distrito de São José.

O desenvolvimento e o progresso que se constata naquele distrito, decorrente de sua produção agrícola, faz com que São José se destaque na região oesteina como colaborador expressivo no aumento das divisas e engrandecimento de nosso Estado.

Apresentando este projeto de lei, fazêmo-lo na certeza de que serão cumpridas todas as formalidades legais, uma vez que este distrito preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar n.º 1, de 1967, para ser elevado à condição de município.

Solicitamos o apoio dos nobres colegas Parlamentares na aprovação deste projeto de emancipação política, pois o mesmo tem grande significado para nós e toda a população do laborioso Distrito de São José.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Estado do Paraná

Curitiba, 20 de agosto de 1982

Of. n.º 03282—GP/82.

Sr. Presidente:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso expediente contendo fotocópia na Ata final de Apuração de Consulta Plebiscitária, de 27 de junho do corrente ano, visando a criação do Município de SÃO JOSÉ, bem como, atendendo respeitável determinação contida no Acórdão deste Tribunal, nos autos de Representação sob n.º 8.448/82, encaminhando fotocópia de acórdão n.º 13.287, de 5 de agosto fluente e do respectivo voto, para a devida apreciação.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.

MÁRIO LOPES DOS SANTOS
PRESIDENTE

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado JOÃO MANSUR,
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/ CAPITAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
ESTADO DO PARANÁ
JUÍZO ELEITORAL DA 129.ª ZONA
ATA FINAL DE APURAÇÃO DA
CONSULTA PLEBISCITÁRIA
DE 27 DE JUNHO DE 1982.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho do ano de 1982 (mil novecentos e oitenta e dois), na sede escolhida para funcionamento da 129.ª Junta Eleitoral Apuradora, instalada no Esporte Clube São José, no Distrito Administrativo de São José, Município e Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, sob a presidência do Doutor DAVÍ JOSÉ ARANTES, Juiz Eleitoral, comigo Secretário

Geral, João José Fontes, tendo como membros os senhores: Egon Alceu Muller, escrivão eleitoral; Emirênio Paulo dos Santos, secretário-auxiliar; Felix Bombardelli, secretário de primeira turma; Jesus Martin Duran, secretário de segunda turma; Ilton Oliveira Veiga, secretário de terceira turma; Benedito Busigono, secretário de quarta turma; Francisco Angelo, escrutinador; Helseu Gonçalves Pacheco, escrutinador; Maria Nunes de Oliveira, escrutinador; José Augusto da Silva, escrutinador; Alípio Francisco Salvador, escrutinador; Maria de Lourdes da Luz, escrutinador; Valdoir da Luz, escrutinador; e Ari Giovani, escrutinador. Presentes também estavam o Senhor Werner Wanderer, Deputado Estadual, os Vereadores José Alves Cabral, digo o Vereador José Alves Cabral de Santa Helena e demais pessoas do povo. Encerraram-se as apurações da Consulta Plebiscitária, para a Emancipação do Distrito de São José, às 19:45 horas, com votos em 16 (ex) dezesseis) seções assim distribuídas: Em São José, 09 seções, e, uma seção em cada escola das seguintes localidades: Gameleira, Barra Funda, Coroados, Serrinha, Baixadão e São Caetano. O resultado do plebiscito, conforme atas das turmas desta junta apuradora, que fazem parte integrantes da presente, foi o seguinte: CIDADÃOS HABILITADOS AO VOTO: 2.829 (Dois mil oitocentos e vinte e nove); TOTAL DE VOTANTES: 2.639 (Dois mil seiscentos e trinta e nove); DEIXARAM DE VOTAR: 190 (Cento e noventa); VOTANTES EM SEPARADO 02 (dois); VOTO SIM: 2.572 (Dois mil, quinhentos e setenta e dois); VOTOS NÃO: 57 (cinquenta e sete), e VOTOS NULOS: 10 (DEZ). Não houve qualquer impugnação ou recurso. E, para constar eu, (João José Fontes), Secretário Geral, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Doutor Juiz Presidente da Junta pelo Presidente do Comitê Pró-Emancipação, membros, escrutinadores e demais pessoas presentes. Em São José, Distrito Administrativo do Município e Comarca de Santa Helena, 28 de Junho de 1982.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 192/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, tem por finalidade criar o Município de São José, com território desmembrado do Município de Santa Helena e divisas que especifica:

Analizando-se o processo, deparamos que o mesmo em primeiro exame por esta Comissão de Constituição e Justiça, através parecer do nobre Deputado Renato Bernardi, pronunciou-se favoravelmente à matéria, transformando-a em consulta plebiscitária à população interessada, de acordo com a legislação pertinente.

Realizado o plebiscito, através do Tribunal Regional Eleitoral, foi comunicada a esta Casa o resultado favorável, conforme Offício 03282, de 20 de agosto de 1982.

Assim sendo, de acordo com a documentação anexa, o Projeto de Lei n.º 192/80, está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa, já que inexistem óbices que possam obstaculizar a sua normal tramitação, opinando-se favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
CAÍTO QUINTANA — Relator.

Em votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Para encaminhar a discussão, com a palavra o Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa de Leis está sendo honrada nesta tarde com a presença de uma caravana do Distrito Administrativo de São José, que aqui veio acompanhar atentamente a votação deste projeto de lei que é da mais alta importância para o futuro do Distrito de São José.

Aqui estão o Presidente da Câmara, Antonio Aparecido de Oliveira, Vereador José Nélcio das Chagas, e os membros da comunidade local, Dirceu Gonçalves Pacheco, Walmor Silvério, Alípio Francisco Salvador, Pedro Francisco da Silva, Rolpen Fernandes e Durvalino Felipe.

Já se realizou em São José, no dia 27 de junho de 1982, um plebiscito para auscultar, para sentir se a população local desejava ou não o desmembramento de São José do Município de Santa Helena. E o resultado: cidadãos habilitados ao voto — 2.829; votaram 2.639. Deixaram de votar apenas 190 eleitores. Votantes em separado — 2. Votaram a favor do desmembramento 2.572 eleitores que querem a emancipação política de São José, para que o distrito seja transformado em município.

Votaram “não” apenas 57. Quer dizer, houve uma manifestação arrasadora. Votos nulos apenas 10.

Nós queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifestar aqui o nosso apoio a esta iniciativa dos moradores do Distrito de São José. São José é um distrito com 16.000 habitantes. Levando-se em conta que o Paraná tem muitos municípios que não têm uma população superior a 5 mil habitantes; considerando o desenvolvimento de São José, um comércio operoso, uma agricultura que realmente muito tem ajudado o nosso Paraná, distrito que tem se destacado com uma lavoura diversificada na produção do algodão, o ponto alto da sua produção é o algodão, mas se destaca também na produção de milho, de café, de soja, de trigo, de arroz, de feijão e da pecuária. E o grande problema que a população de São José tem enfrentado é a falta de uma melhor conservação das estradas, e também a falta de um maior investimento por parte da Prefeitura de Santa Helena.

O povo tem pago rigorosamente os seus impostos, os seus tributos, mas o retorno para esse distrito tem sido muito insignificante. Quer dizer, não há o retorno na mesma proporção que o povo tem pago os seus impostos. Daí então, analisando e vendo esta grande vontade da população de São José, é que nós queremos, nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hipotecar aqui o nosso apoio e o nosso desejo para que este projeto seja o mais brevemente possível aprovado e encaminhado ao Sr. Governador para a respectiva sanção, e para que, ainda neste ano de 1985, aproveitando esta grande campanha nacional para que haja eleição nos municípios de Área de Segurança Nacional, o nosso desejo é que se aproveite e se realize já, para este ano, a

eleição para a escolha do novo Prefeito e dos Vereadores pioneiros de São José.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Para encaminhar) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de, neste momento, aproveitando a presença neste plenário, dos amigos, companheiros de São José, dizer que, tive a honra de ser o relator na CCJ, deste projeto, e para que pudesse fazer o relato deste projeto que já se arrastava por esta Casa desde 1980, tive as informações necessárias, o assessoramento, o apoio, para análise do projeto, de valorosos Deputados daquela região, mais especificamente, do Deputado Gernote Kirinus e do Deputado Sabino Campos.

No dia de hoje, portanto, quando este projeto vem a este plenário para votação, sinto-me feliz, em poder ver a disposição desta Casa, para aprovação de um novo município, e sinto-me feliz pela participação de companheiros nossos, nesta grande luta, para podermos dar ao Paraná, um município mais, no valor da sua gente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Para encaminhar) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, que tivemos a honra de, juntamente com os Deputados Werner Wanderer e Gernote Kirinus sermos os autores do projeto que emancipou o Distrito de Missal, como também sou autor do projeto que emancipou o Município de Santa Teresinha de Itaipu, eu peço apenas o direito do encaminhamento da matéria, Sr. Presidente, para dizer a Vossa Excelência e aos demais Deputados que compõem este Poder, que São José, é um Distrito que, sem dúvida alguma, não deixa nada atrás dos municípios, hoje progressistas, de Missal e de Santa Teresinha de Itaipu, porque São José até mesmo supera alguns deles, na sua produção, na sua produtividade.

São José, que comparece hoje, ao plenário da Assembléia Legislativa, nos honrando, tem o direito e reclama o direito ainda, de além de ser emancipado, elegeu o seu Prefeito, para que possamos, de uma vez por todas, acabarmos com os grandes municípios que cuidam das suas áreas urbanas, esquecendo a rural, a área que mais produz, a área que está o homem da mão calosa - sofrendo no interior.

Portanto, atendendo o apelo da comunidade de São José, hoje aqui representada por diversos dos seus líderes, atendendo o apelo do Deputado Gernote Kirinus, bem como, do meu companheiro de Bancada, Deputado Werner

Wanderer, aqui permaneço, para votar em São José do Iguaçu, em São José, para que possamos transformar o Distrito de São José, hoje pertencente ao Município de Santa Helena, num dos municípios progressistas, que desejamos que a sua comunidade fique liberada, e que possa ela, por si só, escolher os seus representantes, tanto como Prefeito, como os legisladores de amanhã, eleito pela sua comunidade, que conhece acima de tudo a problemática de São José.

O PDS não me delegou direito, mas acredito que todos os pedessistas desta Casa, apoiam unanimemente a transformação de São José, no mais novo Município do Paraná e da Nação brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Em votação.

O SR. JOSÉ ANTONIO FONSECA — (Para encaminhar).
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Sr. Presidente,
Senhores Deputados.

Ouvi as manifestações dos companheiros de Assembléia, a respeito da emancipação política e administrativa do hoje Distrito Administrativo São José e que pertence ao Município de Santa Helena e que fica na fronteira deste nosso grande Paraná. Eu sei que as Lideranças desse Distrito de Santa Helena honram esta Assembléia com a sua presença e em conversa com essas lideranças, mais exatamente, os companheiros de bancada Gernote Kirinus e Sabino Campos do meu partido e que fazem política naquele município, a grande aspiração e a razão maior porque as lideranças expressivas de São José querem a sua emancipação política e administrativa, é exatamente porque ao longo deste anos todos, não só São José mas Santa Helena, e à semelhança, 11 municípios desse Paraná e que pertencem à Faixa de Fronteira, não conseguiram eleger os seus Prefeitos e ainda hoje não conseguem eleger os seus Prefeitos e à semelhança do hoje Município de Missal e que pertencia à Comarca de Medianeira, em boa hora também com Deputados que, na oportunidade representavam aquele Distrito, Missal também quis se emancipar de Medianeira exatamente porque não conseguia eleger o seu Prefeito, e, acima de tudo, com a criação dos chamados municípios de Área de Segurança Nacional que ao longo desses anos como dizíamos, travou o progresso econômico na faixa de fronteira do Paraná.

Mas os ventos da Nova República e da democracia não de permitir que ainda esse ano, os municípios chamados de Área de Segurança Nacional consigam pelo voto popular, eleger os prefeitos. Por isso, as lideranças de São José têm hoje, desta Assembléia, acredito, o apoio unânime para que se emancipem política e administrativamente e consigam, juntamente com os chamados municípios de Área de Segurança Nacional, já agora em setembro, também eleger o seu Prefeito e também se emanciparem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Está em votação o projeto de lei. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 305/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação do imóvel de propriedade do Município de Ibaiti, conforme transcrição n.º 204, às fls. 51, do Livro n.º 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti, desde que constem da respectiva escritura as condições estabelecidas pela Lei n.º 005/84, de 05/07/84. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 305/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na alienação do imóvel de propriedade do Município de Ibaiti, conforme transcrição n.º 204, às fls. 51, do Livro n.º 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti, desde que constem da respectiva escritura as condições estabelecidas pela Lei Municipal n.º 005/84, de 05 de julho de 1984.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos a anuição do Poder Executivo na alienação do imóvel de propriedade do Município de Ibaiti, havido por doação do Estado, através da Lei 2475, de 09/11/55, e autorizada sua alienação pela Lei Municipal n.º 05/84, de 05 de julho de 1984 (cópia anexa).

O próprio teor da Lei Municipal 05/84, por si só esclarece os motivos da alienação do imóvel já autorizado pelo Legislativo Municipal.

É o projeto de lei que propomos à Casa e que temos certeza, receberá o total apoio dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 305/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, o presente plano de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a anuir na alienação do imóvel que especifica de propriedade do Município de Ibaiti, e dá outras providências.

No âmbito de competência desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a sua legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta, opinando-se favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20/11/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
EDMAR LUIZ COSTA — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sobre a mesa,

requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ivete Bruel Antonio, do Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sofia Kolosowski, ocorrido nesta Capital. — (Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Daroslau Malanowski, ocorrido no dia 06 de março do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo surgimento do Jornal Realidade Cristã, órgão oficial da Igreja do Evangelho Quadrangular destinado a evangelização. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando a inclusão em pauta do Projeto de Lei n.º 03/84, de sua autoria, o qual havia sido retirado de pauta durante dez sessões, durante a sessão legislativa de 1984. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, no sentido do tombamento como monumento histórico da Igreja de São Benedito, localizada no Município de Morretes. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma estrada de ligação vicinal das populações dos Municípios de Catanduvas e Quedas do Iguaçu, num percurso de 46 km, com uma ponte de 35 m, de vão, sobre o Rio Guarani. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a incorporação, pelo Estado, da estrada municipal que liga Catanduvas ao Distrito de Ibiracema, a qual pertence neste momento à malha rodoviária daquele município. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo informações a respeito da construção de um poço artesiano no Distrito Administrativo de Lirial de São Luiz, no Município de Araruna. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo reparos no quadra de esportes existente na Escola Estadual Dom Bosco — Ensino de Primeiro Grau, no Município de Mariluz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Srs. Prefeito Municipal de Telêmaco Borba e Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela iniciação dos cursos de nível superior no Município de Telêmaco Borba, sob a forma de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Tribuna da Região", pela passagem do 3.º ano de fundação, no Município de Goioerê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de material permanente para o Colégio Estadual Machado de Assis, Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Sertãoópolis. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na implantação de pedras irregulares em diversas vias urbanas no Município de Nova Cantu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, para que o mesmo determine à CAFE DO PARANÁ, encarecendo a criação de um posto da mesma, no Município de Marilândia do Sul. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o reequipamento da Delegacia de Polícia no Município de Juranda. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da EMATER, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a implantação de um

escritório na localidade de Lageado, no Município de Mamborê. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Para discutir, adia-se...

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, estamos vendo tantos requerimentos do Deputado Rubens Bueno, porque eu acho que já é um "Paraná Novo", uma "República Nova", porque isso aí, no nosso tempo...

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa solicita...

O SR. GABRIEL MANOEL — Estou discorrendo sobre o problema dos requerimentos.

Se Vossa Excelência me der a palavra, eu eu quero encaminhar a votação...

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Vossa Excelência permite à Mesa esclarecer?

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar a votação, se Vossa Excelência me permitir, eu faço, senão, me calarei.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência fala em encaminhamento de votação?

O SR. GABRIEL MANOEL — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Com a palavra Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Encantado, Sr. Presidente.

Veja, ilustre Deputado Rubens Bueno, que não mudaram nada na regra do jogo. Ficamos perdendo tempo com requerimentos esdrúxulos, quando se podia ir diretamente na fonte com os interessados para pedir ou para ordenar, Sr. Presidente, vimos votar um requerimento demagógico, que vamos votar favorável.

Não sei, Deputado Rubens Bueno, perdoe-me se ele está presente ou não. Mas isso não é coisa que se faça, é abusar do Parlamento, quando se manda um requerimento onde os órgãos públicos são do Governo, e o ilustre Deputado faz parte do esquema do Governo, Sr. Presidente.

Era isto que eu queria encaminhar, e quis dizer a Vossa Excelência, para alertarmos os ilustres Pares da Bancada Situacionista, que áureos tempos do PDS, não mandávamos requerimentos, mandávamos os Secretários fazerem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Em votação.

Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão; os contrários, se manifestem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo reformas gerais, em caráter de emergência, em diversas escolas do Município de Fênix. — **Aprovado.** À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação de sinalização horizontal e vertical na Rodovia do Café, especialmente no trecho Imbaú - Apucarana. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, sugerindo precauções quanto ao envolvimento da Polícia Militar nas eleições para o Sindicato dos Bancários de Londrina, nos dias 26, 27 e 28 de março do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Osvaldo Nascimento Júnior, pela sua eleição como Presidente do Clube de Diretores Lojistas de Curitiba. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo para que a data de pagamento da contribuição anual do FUNRURAL, seja fixada para o último dia útil do mês de junho e não mais no último dia útil do mês de março. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República eleito, apoiando a indicação do Sr. Osvaldo Macedo para a Presidência do IBC. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado sugerindo o congelamento das anuidades nas Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a nomeação de concursados na área de Segurança Pública. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Cambé, pela sua eleição à Presidência da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema — AMEPAR — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da ligação do Município de Nova Aliança do Ivaí ao

entroncamento de Alto Mineiro na PR-559 (Paraíso do Norte a Mirador). — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, para que o mesmo determine ao DER, através do DSTC, para que seja aumentado o número de ônibus que atende as linhas Paloma e Porteira, no Município de Colombo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, com apoioamento dos Srs. Deputados Fiori Luiz e Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, com solidariedade para com a legítima aspiração do funcionalismo estadual, no sentido de que o reajuste salarial de março se faça com base no INPC integral. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a construção de um centro comunitário do Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a realização de reformas gerais nas instalações, assim como envio de uma viatura devidamente equipada, para a Delegacia de Polícia do Município de Boa Esperança. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação e instalação de uma escola a nível de Primeiro Grau, no Conjunto Residencial construído pela COHAPAR, no Município de Peabiru. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do trecho compreendido entre o acesso da BR-272, até a COAGEL-Cooperativa Agropecuária Goioerê Ltda., interligando a BR-468, no Município de Janiópolis. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um micropoço na localidade de Bragápolis, Município de Janiópolis. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de 50 carteiras novas para a Escola Roberto Brzezinski - Ensino de Primeiro Grau, no Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de moção de protesto ao General Alfredo Stroessner, pela passagem do quinto aniversário da matança dos camponeses em Caaguazú, como também pelo primeiro ano do fechamento do Diário ABC-COLOR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo solicite informações à Secretaria do Interior quanto as quantias cobradas a mais nas contas da SANEPAR no mês de janeiro do corrente ano. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações às entidades que promoveram as festividades pela passagem do primeiro centenário de nascimento da Professora Amasília Pinto de Araújo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", pelo 2.º Prêmio Paraná de Jornalismo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Comissão Consultiva do ICM do Paraná, por intermédio da Secretaria da Fazenda, encarecendo para que a farinha de penas de aves e a farinha de resíduos de incubação sejam contempladas com o mesmo benefício de redução da base de cálculo do ICM usufruído pelas farinhas de carne, osso ou sangue de frango. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo viabilizar uma remuneração, em caráter provisório, para o Delegado calça curta de municípios que sejam comarcas. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o reajuste trimestral dos salários dos funcionários públicos de nosso Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior,

solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e Líderes dos Partidos Políticos com assento na Câmara e Senado, encarecendo a não aprovação de qualquer projeto relacionado com o FUNRURAL ou PREV-RURAL, sem uma ampla consulta aos diretamente interessados. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de materiais para a implantação de um escritório modelo no Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Ubatuba. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de maior cota de remédios para o setor do Município de Terra Boa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de 150 carteiras para a Escola Gastão de Abreu Pires - Ensino de Primeiro Grau, no Município de Iretama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo seja realizada maior fiscalização quanto aos mananciais hídricos existentes dentro dos limites territoriais concernentes ao Município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo seja destinada uma viatura devidamente equipada, bem como armamento e contingente humano para o Distrito Administrativo de Alto São João, no Município de Roncador. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da documentação anexa, referente a providências por parte da Curadoria das Fundações instaladas no Município de Londrina, no sentido de averiguar a real situação existente hoje na Fundação Médica e Assistencial aos Trabalhadores Rurais de Tamarana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da documentação anexa, referente a abertura de inquérito

policial para averiguar irregularidades existentes na Fundação Médico-Assistencial aos Trabalhadores Rurais de Tamarana, denunciadas em reportagem do jornal "Folha de Londrina", edição de 2 de fevereiro do corrente ano, suplemento da "Folha Rural". —

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da documentação anexa, referente a providências com vistas a integrar o atendimento à saúde no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, envolvendo, além da própria SESB, a UEL, o INAMPS e a PML, no espírito das AIS, conforme recente convênio firmado pelo Governo do Estado com os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR a construção de duas salas de aula na Escola Estadual 1.º de Maio - Ensino de Primeiro Grau, no Município de São Pedro do Ivaí. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo estudos visando promover alterações no Estatuto da Polícia Civil, buscando melhorias para o servidor policial civil. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo reformas no prédio da Escola Vila Rica do Espírito Santo - Ensino de Primeiro Grau, no Município de Fênix. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na conclusão do Hospital do Sindicato Rural com sede no Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação e instalação de mais um estabelecimento de ensino a nível de Primeiro Grau, no Município de Moreira Sales. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a redução das prestações das casas populares construídas no Município de Iretama. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de uma quadra de esportes na localidade de Irapuã, no Município de Quinta do Sol. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo recursos junto ao Governo Federal para a construção de uma ponte ligando Porto Felício — Porto Caiuá. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Rio Branco do Sul (Socavão) a Pirai do Sul. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo reformas no prédio onde funciona a Escola Vila Rica do Espírito Santo — Ensino de Primeiro Grau, no Município de Fênix. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Direção Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encarecendo a construção de uma agência dos Correios, no Município de Cafelândia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando moção de aplausos à Metalúrgica Lampe Ltda., pela participação na FENAM — Feira Nacional de Máquinas para Madeiras, que está sendo realizada no Parque de Exposições do Barigui. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando

o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, manifestando votos de sucesso frente a esta pasta, bem como especial atenção e apoio na construção da Estação Rodoviária do Município de Londrina e na execução dos trechos não pavimentados da BR-272, especialmente nos trechos Figueira - Sapopema, Sapopema - Mauá. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de protesto à maneira como foi construído o Ministério do Governo Tancredo Neves e à evidente desconsideração para com o Estado do Paraná. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de moção de protesto à empresa FRIGOBRA — SADIA, no Município de Toledo, por ter colocado em sua produção, pessoas não habilitadas, em substituição a trabalhadores que estão em greve por melhores salários. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a redução das prestações das casas populares construídas no Município de Mariluz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/84.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 192/80, 112/84, 305/84, e do Projeto de Lei Complementar n.º 03/84.

Levanta-se a sessão.